



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2008

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

SEPIN/MCT

INDICE

1.DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA INDIVIDUAL:	5
2.Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos:	6
2.1.Papel da unidade na execução das políticas públicas - Secretaria de Política de Informática – SEPIN	6
2.2.Estratégia de Atuação	8
2.2.1.No âmbito da Lei de Informática e do Decreto 5.906/06 as ações prioritárias estabelecidas para o ano de 2008 foram fixadas em portaria ministerial, n°s 93 e 517/08, são apresentadas nos dois quadros que seguem, destacando-se:	9
2.2.2.Software	10
2.2.3.Microeletrônica	13
2.2.3.1.O Programa 8.1 do PACTI	14
2.2.3.2.Metas e resultados para o período 2007-2010 do PACTI para o setor de microeletrônica	15
2.2.3.2.1.Programa CI-Brasil - ampliar de 7 para 15 o número de Centros de Projetos	15
2.2.3.2.2.CEITEC - concluir as obras e colocar em operação a unidade de fabricação de pequenas séries e de prototipagem de circuitos integrados	16
2.2.3.2.3.Projeto de desenvolvimento de circuitos integrados – desenvolver 200 projetos	16
2.2.3.2.4.Formação e Capacitação de RH – apoiar a capacitação de 2000 especialistas em projetos de circuitos integrados e formação de 400 mestres e doutores na área até 2010	17
2.2.3.2.5.Apoio e modernização da infra-estrutura de P,D&I – modernizar e ampliar a infra-estrutura de 10 centros de pesquisa	17
2.2.3.2.6.Apoio a projetos de novos materiais eletrônicos – criar 1 laboratório-fábrica na área de semicondutores orgânicos e apoiar projetos de P,D&I	18
2.2.3.3.Outras ações desenvolvidas	18
2.2.3.3.1.Aquisição de licenças dos programas de computador para projeto de circuitos integrados (software Electronic Design Automation – EDA), destinadas às instituições de ensino e pesquisa brasileiras	18
2.2.3.3.2.Reunião com representantes das principais empresas nacionais e internacionais do setor de semicondutores e importantes autoridades do Governo Brasileiro, promovida em parceria com a ABDI e a empresa americana Cadence – Reunião realizada em maio de 2008, que contou também com a presença de representantes de instituições de P&D&I, agências de fomento do MCT e do BNDES e outros órgãos	18
2.2.3.4.Ações de coordenação e gestão do Programa CI-Brasil	18
2.2.3.5.Programa Prioritário do CATI – PNM	19
2.2.4.Redes e Mídias	19

2.2.4.1. Centro de P&D em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação.....	20
2.2.4.2. Seis instituições integradas no Serviço Experimental de Infra-estrutura de Chave Pública Educacional (ICP-Edu): RNP, Unicamp, UFSC, UFF, UFMG, LNCC.....	21
2.2.4.3. Desenvolvido um hardware de segurança criptográfica de chaves públicas (HSM) em conjunto com Unicamp, Kryptus Ltda, adotado pela ICP-Brasil e empresas privadas;.....	22
2.2.4.4. Inauguração da quarta e quinta unidade da Escola Superior de Redes (ESR) em Porto Alegre (UFRGS) e Cuiabá (UFMT);	22
2.2.4.5. Capacitação de 700 especialistas de tecnologia de informação e comunicação nas 4 unidades da ESR, até novembro de 2008.....	22
2.2.5. Dificuldades que mais impactaram a execução dos trabalhos da SEPIN.....	22
Quadro atual de servidores e colaboradores na SEPIN.....	23
2.3. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....	23
2.3.1. Programas.....	23
2.3.1.1. Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).....	23
2.3.1.1.1. Dados Gerais	23
2.3.1.1.2. Indicadores do Programa.....	25
2.3.1.2. Principais Ações do Programa.....	26
2.3.1.2.1. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	26
2.3.1.2.1.1. Dados gerais.....	26
2.3.1.2.2. Ação 4967- Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos.....	27
2.3.1.2.2.1. Dados gerais.....	27
2.3.1.2.3. Ação 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores.....	28
2.3.1.2.3.1. Dados gerais.....	28
2.3.1.2.4. Ação 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital.....	29
2.3.1.2.4.1. Dados gerais.....	29
2.3.1.2.5. Resultados.....	30
2.3.1.2.5.1. 4967 - Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos.	30
2.3.1.2.5.1.1. Metas e resultados da ação no exercício.....	32
2.3.1.2.5.1.2. Restrições.....	32
2.3.1.2.5.2. Ação 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores	32
2.3.1.2.5.2.1. Metas e resultados da ação no exercício.....	35
2.3.1.2.5.2.2. Restrições.....	35
2.3.1.3. Ação 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital.....	35
2.3.1.3.1.1.1. Metas e resultados da ação no exercício.....	36

2.3.1.3.1.1.2. Restrições.....	36
2.3.1.4. Critérios utilizados nas análises dos projetos.....	36
2.3.1.5. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	37
2.3.1.5.1. Principais gastos custeados com recursos da Gestão e Administração do Programa....	38
2.3.1.6. PROGRAMAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS.....	40
2.3.2. Programas Prioritários em Informática	40
2.3.2.1. Aporte de recursos nos Programas Prioritários.....	41
2.3.2.2. Programa Prioritário Softex	41
2.3.2.3. Programa Prioritário RNP.....	48
2.3.2.4. Programa Prioritário PNM – Programa Nacional de Microeletrônica.....	49
2.3.3. Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software – PBQP-SW.....	49
2.3.4. Inclusão Digital.....	50
2.3.4.1. Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos	51
2.3.4.1.1. Resultados.....	51
2.3.4.2. Projeto Um Computador por Aluno – UCA	52
2.3.5. Computador Portátil para Professores.....	53
2.3.6. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação - CTIC.....	54
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	55
Indicadores de desempenho operacional relacionados com as atividades realizadas no exercício.	55
Concessão de Benefícios Fiscais.....	55
Acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.....	56
2.4.1. Evolução de gastos gerais.....	56
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	57
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	58
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	59
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	62
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	62
8. Renúncia Tributária.....	62
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.....	66
10. Operações de fundos.....	68
11. Despesas com cartão de crédito.....	68
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	68
13. Determinações e recomendações do TCU.....	68
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	68

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foram dispensadas.....	69
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	69
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	70
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	70

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA INDIVIDUAL:

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Política de Informática – SEPIN	
CNPJ	01.263.896/0001-64 do MCT	
Natureza jurídica	Unidade Jurisdicionada Individual de Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.	
Vinculação ministerial	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco E – 3º andar - sala 317 – CEP 70067-900 – Brasília-DF. Telefone: 55 61 3317-7900 / 7532 – Fax: 55 61 3317-7855	
Endereço da página institucional na internet	www.mct.gov.br/sepin	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A Secretaria de Política de Informática – SEPIN é um órgão singular de abrangência nacional, constituída por meio do Decreto Nº 5.314, de 17 de dezembro de 2004, publicado no D.O.U. de 20.12.2004, revogado pelo Decreto Nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, publicado no D.O.U. de 8.9.2006. Regimento Interno - Portaria MCT nº 336, de 12.05.2005, publicada no D.O.U. de 16.05.2005, Seção I, pág. 5.	
Código da UJ titular do relatório	Órgão: 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia UG: 240116 – Secretaria de Política de Informática Gestão: 0001 – Tesouro Nacional.	
Nome e código no SIAFI	Secretaria de Política de Informática - UG 240116	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia	
Tipo de atividade	126 – Tecnologia da Informação; 122 – Administração Geral e 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia.	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Nome SEPIN/MCT CGRL/MCT	Código UG 240116 UG 240101

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas - Secretaria de Política de Informática – SEPIN.

A SEPIN é um órgão da Administração Direta integrante da estrutura do Ministério, com as seguintes competências regimentais:

I - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;

II - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de software e serviços relacionados no País;

III - propor, coordenar e acompanhar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet e do comércio eletrônico no País, em conjunto com outros órgãos de Governo;

IV - colaborar com os diversos órgãos das esferas pública e privada, visando o ingresso do País na Sociedade da Informação;

V - participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação;

VI - analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;

VII - articular a elaboração dos Planos Nacionais de Informática e Automação a serem submetidos ao Conselho Nacional de Informática e Automação; e

VIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

No âmbito de suas atribuições, a SEPIN propõe e implementa ações de políticas públicas e projetos, nacionais e internacionais, para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs), com objetivo de integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação,

comunicação e conteúdos e suas aplicações, visando a universalização do acesso e a inclusão de todos os indivíduos na sociedade da informação. Com isso, trabalha com o propósito de promover implantação de redes abertas de pesquisa, a diversidade cultural e a ênfase de que as TICs não são um fim em si mesmo, mas devem ser um instrumento de inclusão sustentável. Participa na criação de mecanismos multilaterais, transparentes e democráticos de governança da Internet, ressaltando no papel das TICs na promoção do desenvolvimento. Adicionalmente, promove a implementação de políticas públicas para a superação do hiato digital e a importância do software livre na promoção da inclusão digital.

Em sua missão de formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionadas com TICs, a SEPIN, nas últimas décadas, vem realizando ações que norteiam o Setor, tais como a implementação de programas e projetos de interesse nacional na área e a promoção ao desenvolvimento de suas cadeias produtivas. Isto tem se configurado por meio da execução de Programas Prioritários para software, semicondutores e redes de computadores, bem como pelo estímulo ao desenvolvimento e produção de partes, peças e componentes dos bens fabricados no País. Tais ações visam a geração de empregos, a melhor equalização da balança comercial do setor, a criação de oportunidades de avanço tecnológico para a indústria local e o aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento em TICs no País.

No âmbito da legislação que está mais diretamente envolvida com as ações desenvolvidas pela SEPIN destacam-se: i) Lei 7.232/84, Lei 8.248/91, Lei 10.176/01 e Lei 11.077/04 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática); ii) Lei 9.609/98 (Lei de Software) e iii) Lei 11.484/07 que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados.

A política para o setor de TICs tem estimulado a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologia da Informação e a ampliação da capacidade produtiva da indústria de bens de informática, executadas pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática (Lei 11.077/04) e pelas instituições de ensino e pesquisa em TICs do País. É oportuno esclarecer que a atual legislação de incentivos fiscais privilegia as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação, para conceder-lhes, inicialmente, isenção do IPI. São mais favorecidas as regiões de influência das extintas SUDAM e SUDENE e a região Centro-Oeste, no intuito de reduzir as desigualdades regionais e favorecer um desenvolvimento nacional mais equilibrado.

Em semicondutores/microeletrônica a política adotada visa a implantação plena desta indústria no País, em bases competitivas internacionalmente e com impacto na economia nacional, procurando replicar no Brasil a importância que esse setor tem assumido nas economias de países com mais expressão no contexto da economia do conhecimento.

Em software, a SEPIN desenvolve ações para estimular a produção local, tanto para obter ganhos de competitividade interna, como para efetivamente inserir-se no mercado internacional. Esta proposta de política ativa visa à transformação do País em um centro de excelência na produção e exportação de software e serviços de tecnologia da informação.

A SEPIN participa ativamente do processo de implantação da TV Digital no Brasil, especialmente através de ações que visam o incremento da capacitação tecnológica nacional, tanto das instituições de pesquisa quanto das empresas, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento que possam resultar em inovações tecnológicas a serem incorporadas em sistemas de tecnologias digitais para informação e comunicação.

Os investimentos efetuados na área de Internet, comércio eletrônico, serviços e segurança de redes têm se pautado no acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das redes brasileiras e mundiais, em criar condições favoráveis para a implantação de serviços demandados pela economia organizada em rede e na proposição de políticas de segurança em redes de serviços on-line da administração pública.

Num reconhecimento de que as TICs possuem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento do País, foram incluídas como opções estratégicas, na atual Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, os setores de software e semicondutores, juntamente com os de bens de capital e medicamentos.

Este contexto reafirma a importância das TICs para o desenvolvimento econômico e social do País e as tecnologias envolvidas neste processo têm transformado as estruturas e as práticas de produção, comercialização, consumo, cooperação e competição entre os agentes, alterando a própria cadeia de geração de valor. Do mesmo modo, regiões, segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos são afetados diferentemente por este paradigma, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimentos gerados e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar.

2.2.Estratégia de Atuação

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem por finalidade formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionados com Tecnologias da Informação – TI. Tais políticas e programas têm como objetivo a capacitação tecnológica da indústria de computação, automação, telecomunicações, microeletrônica, software e serviços técnicos associados instalada no País, a atração de investimentos nessas áreas e o aumento da oferta local de bens e serviços que contribuam para o desenvolvimento e a maior competitividade dos demais setores da economia, com efeitos positivos para o cidadão brasileiro.

Sua estrutura organizacional é composta pelo Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC; pela Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME; pela Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador - CGPC e pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE.

O Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC tem por finalidade subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação além de participar, no contexto internacional, das ações que

visem o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, da propriedade intelectual, serviços, da internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação.

A Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, programas de qualidade e de avaliação de conformidade que visem o desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País.

A Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador - CGPC tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, fortalecimento e consolidação de micros, pequenas e médias empresas, software livre, programas de qualidade e de avaliação de conformidade, de capacitação tecnológica, de acesso a internet e de desenvolvimento social, cultural e econômico que visem o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador no País.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, capacitação tecnológica, produtividade e competitividade, programas de qualidade e de avaliação de conformidade e projetos que visem o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no País. Essa coordenação tem como missão estimular a capacitação em P&D no setor de tecnologia da informação, bem como o fortalecimento das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, por meio da implementação da Lei de Informática – Lei 8.248/91.

2.2.1.No âmbito da Lei de Informática e do Decreto 5.906/06 as ações prioritárias estabelecidas para o ano de 2008 foram fixadas em portaria ministerial, nºs 93 e 517/08, são apresentadas nos dois quadros que seguem, destacando-se:

1 - Acompanhar e avaliar o cumprimento do Processo Produtivo Básico de pelo menos 30 (trinta) empresas incentivadas pela Lei nº 8.248/1991;

2 - Analisar pelo menos 450 (quatrocentos e cinquenta) Relatórios Demonstrativos de empresas incentivadas pela Lei nº 8.248/1991;

3 - Acompanhar as atividades de pesquisa e desenvolvimento em pelo menos dez instituições de ensino e pesquisa credenciadas pelo CATI. (Condições para manutenção do credenciamento);

4 - Incentivar pelo menos 45 (quarenta e cinco) novos bens ou produtos de informática e automação;

5 - Reconhecer a condição de Bens Desenvolvidos no País para pelo menos 5 (cinco) empresas incentivadas;

6 – Acompanhar (execução) e avaliar as atividades de pesquisa e desenvolvimento de pelo menos 10 (dez) projetos em instituições de ensino e pesquisa credenciadas pelo CATI;

7 - Realizar pelo menos 2 (dois) levantamentos estatísticos com definição de indicadores e resultados obtidos referentes ao Fundo Setorial de Tecnologia da Informação - FNDCT/CT-Info e aos Programas e Projetos Prioritários em Tecnologia da Informação (PPI);

8 - Credenciar pelo menos 15 (quinze) centros ou institutos de pesquisa ou entidades brasileiras de ensino ou incubadoras de empresas de base tecnológica em TI;

9 – Atividades adicionais não previstas no Plano de Trabalho:

9.1 – Atualização de sistema de gestão informatizado da Lei de Informática – módulo coleta de dados de atividades de P&D (Relatório Demonstrativo ano base 2007), de forma a atender as recomendações dos órgãos de controle;

2.2.2. Software

O Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional – PACTI destaca como uma de suas prioridades o setor de software, por meio do Programa de Estímulo ao Setor de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI. O Programa visa implementar ações que endereçam os principais gargalos para que a indústria brasileira de software e serviços de TI aumente sua competitividade e capacidade produtiva, para ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo e, assim, tornar o Brasil uma das referências no cenário internacional do setor.

As ações a serem desenvolvidas pelo Programa visam:

- Formar e capacitar recursos humanos
- Incrementar a competitividade do setor
- Promover melhores práticas
- Fortalecer o mercado nacional
- Incentivar segmentos emergentes
- Fomentar pesquisa e desenvolvimento
- Consolidar informações sobre software e serviços de TI

Resultados

Formação e capacitação de recursos humanos: Com base em programa aprovado pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, o MCT tem desenvolvido um conjunto de ações destinadas a formar e capacitar recursos humanos nos diversos níveis de escolaridade necessários para atuar no setor. Nesse sentido, há ações para: *i)* ampliar o número de programadores de nível médio; *ii)* adequar a formação de profissionais por escolas de nível médio e superior às necessidades das empresas; *iii)* reciclar e especializar os conhecimentos de profissionais que atuam no setor e *iv)* estimular a formação de pesquisadores e multiplicadores de conhecimento em temas relacionados à engenharia de software por meio da oferta adicional de bolsas de mestrado e doutorado para os programas de pós-graduação no País.

Meta: Implantar cursos de Reciclagem e Reeducação:

- Previsto em 2008: 60 cursos para capacitar 2.300 profissionais;

- Realizado: Ação dos Fundos Setoriais de C&T aprovada e proposta de edital encaminhada ao CNPq para 23 cursos/920 profissionais;

Meta: Fomentar especialização em engenharia de software no ensino médio e superior:

- Previsto em 2008: cursos implantados em 40 instituições para capacitar 2.700 estudantes;
- Realizado: Ação dos Fundos Setoriais de C&T aprovada e proposta de edital encaminhada ao CNPq para 15 instituições/1.020 estudantes;

Meta: Implantar centros de Residência em Software:

- Previsto em 2008: 8 centros;
- Realizado: Edital do CNPq em jan/2008 para 6 centros; nova Ação dos Fundos Setoriais de C&T aprovada e proposta de edital encaminhada ao CNPq para 4 centros em 2008;

Meta: Capacitar profissionais de nível médio em Programação:

- Previsto em 2008: 2.500 profissionais;
- Realizado: 1.000 profissionais

Meta: Aumentar bolsas de doutorado e mestrado em engenharia de software:

- Doutorado
 - Previsto em 2008: 60 bolsas;
 - Realizado: 38 bolsas;
- Mestrado
 - Previsto em 2008: 60 bolsas;
 - Realizado: Proposta de Edital no CNPq para 20 bolsas;

Programa MCT/MTE para capacitar programadores de nível médio [conteúdo e metodologia resultantes de projeto piloto em parceria com SOFTEX e BRASSCOM];

- Acordo de Cooperação Técnica assinado entre os Ministérios em novembro/08 para capacitar cerca de 10.000 profissionais com recursos do MTE em 2009

Incrementar a competitividade do setor: Nesse tema, o Plano prevê medidas para aperfeiçoar o marco legal, particularmente no tocante a desoneração tributária, com a finalidade de fortalecer empresas de software e serviços que exerçam atividades no País para atender as demandas local e internacional em condições competitivas de preço e qualidade.

Meta: Aperfeiçoar o marco legal, particularmente desoneração tributária

- Previsto e realizado em 2008:
 - Promulgação da Lei 11.774/08 que desonera mão-de-obra [INSS] mediante compromisso de exportação;
 - ✓ Regulamentação em fase avançada;

Promover melhores práticas: O Plano visa estimular a adoção das melhores práticas de engenharia de software pelas empresas do setor em seu processo de desenvolvimento, bem como nos processos de aquisição de software e serviços de TI

pelo conjunto dos setores da economia que os utilizam, em conformidade com o estado da arte e as normas internacionais de qualidade aplicáveis.

Meta: Implementar melhores práticas em pelo menos 400 empresas de software e serviços de TI até 2010, especialmente nas PMEs, por meio de avaliações nos modelos MPS.BR ou CMMI.

- O quadro a seguir apresenta um resumo das metas previstas e realizadas até 2008:

Ano	Previsto	Realizado
2007	No ano: 100 Acumulado: 100	MPS.BR: 72 CMMI: 58 Total: 130
2008	No ano: 80 Acumulado: 180	MPS.BR: 107 CMMI: 79 Total: 186

Fortalecer o mercado nacional: O Plano estabelece ações que visam induzir a expansão do uso de tecnologias de informação e comunicação nas cadeias produtivas, particularmente nas micro, pequenas e médias empresas, bem como a criação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de financiamento tanto para as empresas do setor, quanto para os usuários de seus produtos e serviços.

Em 2008:

- Apoio, por meio do Programa Prioritário SOFTEX, as ações desenvolvidas no âmbito do PROIMPE – Programa de Estímulo ao Uso de Tecnologias da Informação em Micro e Pequenas Empresas, criado pelo SEBRAE para estimular a utilização de tecnologias da informação em micros e pequenas empresas brasileiras, bem como desenvolver as MPE fornecedores de soluções de TIC.
- Aprovação de proposta para criação de uma nova linha de financiamento em condições diferenciadas para as empresas do setor pela FINEP, que será lançada em 2009.

Incentivar segmentos emergentes: Incentivar o desenvolvimento de software e serviços mediante parcerias com empresas e centros de pesquisa em segmentos emergentes e de alto potencial de crescimento, tais como, comunicação sem fio, TV digital, visualização, entretenimento, software como serviço e aplicações para novas modalidades de computação, por ex. *clusters* de computadores e computação em grade (*grid*) e em nuvem (*cloud*).

Meta: Incentivar o desenvolvimento de software e serviços de TI em segmentos emergentes:

- 2007
 - Previsto: Incentivo a uma rede de P, D & I;
 - Realizado: uma carta convite para realização de projetos no âmbito da RBV – Rede Brasileira de Visualização (6 instituições);
- 2008
 - Previsto: Incentivo a três redes de P, D & I;
 - Realizado: uma carta convite para formação de uma rede no tema Software Público.

Fomentar pesquisa e desenvolvimento: Apoiar o desenvolvimento de projetos de P,D&I em computação em áreas consideradas de alta complexidade e grande desafio, que estejam sintonizados com as necessidades nacionais. Adicionalmente, estimular e acompanhar os projetos de P&D em software que são desenvolvidos pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática.

Meta: Apoiar projetos de P,D&I em computação de alta complexidade e grande desafio.

- Edital lançado, em 2007 para execução em 2008, pelo CNPq, no valor de R\$ 9 milhões, para realização de projetos de pesquisa relacionados com os cinco desafios propostos no documento “Grandes Desafios da Computação no Brasil: 2006-2016”, da Sociedade Brasileira de Computação – SBC;

Meta: Estimular e acompanhar os projetos de P&D em software no âmbito da Lei de Informática.

- Os dados são de 2007, considerando que os relativos a 2008 serão informados pelas empresas ao MCT até 31 de julho de 2009;
 - Total de investimentos em projetos de P&D em software: R\$ 470 milhões (60% do total);
 - ✓ Investimento em projetos nas empresas: R\$ 220 milhões;
 - ✓ Investimento em projetos em Instituições credenciadas/CATI: R\$ 250 milhões;
 - Total de empresas e instituições com investimentos:
 - ✓ Empresas: 85;
 - ✓ Instituições: 60;

Consolidar informações sobre o setor de software e serviços de TI: Apoiar o levantamento, a organização e a divulgação de informações sobre o setor de software e serviços de TI do Brasil.

Meta: Implantar um Sistema de Informação da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI – SIBSS em parceria com entidades públicas e privadas no setor até 2008:

- Lançamento do sítio do SIBSS na Internet: abril/09;
- Publicação de livro com síntese dos dados obtidos pelo SIBSS: abril/09.

2.2.3. Microeletrônica

As ações mais significativas realizadas desde 2002 para o desenvolvimento tecnológico do setor de microeletrônica no Brasil foram as seguintes:

- i. infra-estrutura - construção e implantação do CEITEC – design house e fábrica de semicondutores;
- ii. programa de formação e capacitação de recursos humanos – bolsas de pós-graduação, revisão de currículos, criação de novos cursos e estágios em empresas e instituições de P&D no Brasil e no exterior;

- iii. marco regulatório – desoneração de investimentos industriais e incentivo à pesquisa e o desenvolvimento – Lei no 11.484, de 2007, que criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD;
- iv. financiamento a projetos de circuitos integrados, parceria instituições de P&D e empresas, via editais da FINEP;
- v. implementação do Programa CI-Brasil que apóia a formação e operação de centros de projetos de circuitos integrados.

Todas essas iniciativas foram consolidadas no Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional - PACTI, que adicionalmente estabeleceu metas com o objetivo de ampliar as ações e atividades nessa área e também atender a dois macro-objetivos do PPA, quais sejam: (i) implementar uma infra-estrutura de P&D, eficiente e integradora, distribuída pelo território nacional e (ii) elevar a competitividade dos diferentes setores industriais pela incorporação de circuitos integrados nos diversos. Outra importante iniciativa relacionada à tecnologia de semicondutores consiste na capacitação de pesquisadores e de laboratórios para a prospecção de novas tecnologias em dispositivos mecânicos, ópticos e eletrônicos, nanoeletrônica, polímeros, em mostradores (displays) e outras tecnologias afins.

Em 2007, a implementação do Programa 8.1 Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Indústrias de Eletrônica e de Semicondutores do PACTI teve início. As medidas e ações propostas do PACTI continuaram a ser executadas em 2008, alinhadas e integradas a partir de maio com a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. A PDP além de estabelecer novas metas, prevê também medidas adicionais e complementares para fortalecer o setor de microeletrônica no País. O presente documento apresenta um relatório de execução das ações e atividades nesta área no ano de 2008.

2.2.3.1.O Programa 8.1 do PACTI

Inicialmente, cabe mencionar que o Programa 8.1 do PACTI 2007-2010 está subdividido em 4 sub-programas:

- (i) Sub-programa Nacional de Microeletrônica, Semicondutores e Dispositivos, abrangendo as atividades das *design houses* e de treinamento do Programa CI-Brasil; a implementação e operacionalização do Centro de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC; formação e capacitação de recursos humanos; cooperação
- Sub-programa de Desenvolvimento de Tecnologias de Material Avançado;
- (ii) Sub-programa de Fomento a Projetos de P,D&I na área de componentes eletrônicos - apoio financeiro para projetos de centros de P,D&I, para o desenvolvimento de circuitos integrados dedicados, de interesse de indústrias locais, a partir de editais competitivos da FINEP e outros instrumentos de fomento; apoio a projetos mobilizadores do setor público, identificando nichos de oportunidade tais como o “chip do

boi” e o sistema de identificação veicular, nota fiscal eletrônica, e promovendo o estímulo às atividades de P,D&I por meio de projetos mobilizadores dos grupos nacionais, como o realizado no projeto da TV Digital brasileira; e

- (iii) Sub-programa de Revisão e Aperfeiçoamento do marco legal do setor de TIC.

Em relação ao sub-programa (iv), que objetiva revisar e aperfeiçoar o marco legal do setor de TIC, diversas propostas estão sendo elaboradas e avaliadas no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) pelos órgãos diretamente envolvidos – MCT, MDIC, MF, BNDES, FINEP, ABDI e outros. Mas as primeiras medidas já previstas no lançamento da PDP foram aprovadas. Foi realizada uma revisão na Lei do Bem (Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005) e na lei que criou o PADIS e PATVD (Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007) foram implementadas pelos artigos 3º e 6º da Lei no 11.774, de 17 de setembro de 2008 as seguintes alterações:

- possibilidade do uso dos incentivos à inovação tecnológica pelas empresas beneficiárias da Lei de Informática (Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991) e,
- eliminação da restrição de desoneração de tributos federais para máquinas e equipamentos usados no PADIS.

As novas medidas para complementar o PADIS e o PATVD que estão em análise no MCT, MDIC e MF demandarão mudanças na legislação em vigor, outras dependerão de alterações em decretos e portarias interministeriais. Essas medidas têm o objetivo de ampliar a atratividade de investimentos em TIC, de incrementar o volume de investimentos em P&D, de adensar a cadeia produtiva de componentes e de estimular o crescimento das exportações.

Com relação ao marco regulatório já estabelecido foram publicadas as portarias interministeriais que estabelecem o roteiro para apresentação de projetos ao MCT, MDIC e MF referentes ao PADIS e ao PATVD (Portarias MCT/MDIC nº 290 e nº 291, de 07.05.2008) e que criaram grupos técnicos interministeriais para análise de pleitos no PADIS e no PATVD (Portarias MCT/MDIC/MF nº 297 e nº 298, de 13.05.2008).

2.2.3.2. Metas e resultados para o período 2007-2010 do PACTI para o setor de microeletrônica

2.2.3.2.1. Programa CI-Brasil - ampliar de 7 para 15 o número de Centros de Projetos

Previsto em 2008: 2 novos centros

Execução: foi lançado o Edital CNPq nº 059/2008, de 2 de outubro de 2008, para a seleção de 7 novos centros e empresas de projeto de circuitos integrados (DH's) que integrarão o Programa CI-Brasil. Os recursos previstos nos próximos dois anos são de R\$ 14 milhões, conforme Termo de Referência aprovado em 2008.

Situação: A meta prevista para o período 2007-2010 deverá ser cumprida em 2009. Não foram identificadas restrições para o cumprimento desta meta.

2.2.3.2.2.CEITEC - concluir as obras e colocar em operação a unidade de fabricação de pequenas séries e de prototipagem de circuitos integrados

Execução:

- Aprovada a Lei nº 11.759, de 31.07.2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC S.A.
- Publicado o Decreto nº 6.338, de 7.11.2008, regulamentando a Lei nº 11.759, de 2008, e criando a empresa pública CEITEC S.A.
- Início em setembro do transporte dos equipamentos para a unidade de fabricação;
- Contratação das etapas de adequação da sala limpa (“hook up”) e da revisão e instalação dos equipamentos (“set up”) – Aviso de Licitação Concorrência MCT nº 1/2008, de 30 de setembro de 2008, concluída em 24 de dezembro de 2008.

Situação: considerando as ações realizadas em 2008 e as atividades pendentes, a previsão de conclusão das obras e o início da operação da unidade de fabricação é julho de 2009. As restrições para o cumprimento da meta, todas de natureza orçamentária (recursos adicionais para a contratação da empresa que realizará os serviços de revisão, instalação e pré-operação dos equipamentos – etapa set up – em decorrência da variação cambial e recursos para a efetivação do contrato de transferência de tecnologia do processo de fabricação de lâminas da empresa X-Fab) e de ordem operacional (efetiva criação formal da empresa pública CEITEC S.A., ocupação dos prédios e início das operações) foram sanadas com a aprovação da Lei nº 11.894, de 29 de dezembro de 2008, que autorizou uma contribuição de R\$ 5 milhões para a Associação Civil do CEITEC. Esta contribuição caracteriza crédito especial para o CEITEC, da Ação 6432, Unidade Gestora responsável é a CGRL/SPOA-UG 240101.

2.2.3.2.3.Projeto de desenvolvimento de circuitos integrados – desenvolver 200 projetos

Previsto em 2008: 50 projetos

Execução:

- 16 projetos contratados - Projeto Brazil- IP
- 4 projetos a serem contratados – SIBRATEC
- 2 projetos aprovados na Subvenção Econômica 2008

Situação: Encaminhado Termo de Referência para a FINEP para elaboração de edital visando à contratação de projetos de sistemas em RF-ID. A FINEP estuda uma nova modalidade de contratação. O percentual de cumprimento da meta atingiu 36%, considerando que os projetos de RF-ID e os que serão desenvolvidos na Rede Microeletrônica do SIBRATEC não foram contratados em 2008. Para 2009, foram previstos novos recursos, mas o número de projetos em decorrência da acumulação de dois anos será superior à capacidade de financiamento e de execução. Recomenda-se que a meta seja revista.

2.2.3.2.4. Formação e Capacitação de RH – apoiar a capacitação de 2000 especialistas em projetos de circuitos integrados e formação de 400 mestres e doutores na área até 2010

Previsto em 2008: capacitação de 200 especialistas e formação de 200 mestres e doutores.

Execução:

- 162 projetistas formados em 2 Centros de Treinamento
- 30 projetistas com treinamento em empresas
- 2 projetistas formados em estágio no exterior
- 177 bolsas em andamento (CNPq)

Situação: em 2008 houve atraso na liberação de recursos para a implantação dos dois centros de treinamento, o que reduziu o número de participantes da primeira turma. As ações e atividades previstas para o próximo ano de 2009 demandarão recursos da ordem de R\$ 19 milhões para a realização da programação dos centros de treinamentos. Também será formada a equipe de instrutores brasileiros do Programa de Treinamento. As restrições identificadas são de natureza orçamentária, relacionadas à disponibilidade de recursos para o cumprimento das metas do PACTI. Foram previstos recursos das ações verticais do Fundo de Informática para serem utilizados na seleção de bolsistas de pós-graduação na área de microeletrônica, buscando-se aumentar o número de bolsas para 250 em 2009. O percentual de cumprimento das metas em 2008 foi de 100% e 85%, respectivamente, havendo um cumprimento das metas finais de 10% e 44%. Em 2009 deverão ser implantados mais 2 centros de treinamento, prevendo-se a capacitação de 800 projetistas.

2.2.3.2.5. Apoio e modernização da infra-estrutura de P,D&I – modernizar e ampliar a infra-estrutura de 10 centros de pesquisa

Previsto em 2008: 2 centros

Realizado: 2 projetos contratados pela FINEP (CTI e CPqD)

Situação: O MCT iniciou em 2008 um projeto para modernizar e ampliar a infra-estrutura de laboratórios e centros de pesquisa que atuam na área de células fotovoltaicas, com tecnologias de silício, filmes finos e semicondutores orgânicos. As instituições que participam deste projeto são: CB-Solar/PUC-RS; CTI, IQ/UNICAMP, IFGW e FEM/UNICAMP, LME/EPUSP, CETEC/MG, IPT/SP e IME. Em 2008, foram aprovados recursos da ordem de R\$ 2 milhões e em 2009 está prevista a continuidade e a ampliação do projeto com a destinação de R\$ 8 milhões. A SEPIN deverá elaborar um programa para modernização da infra-estrutura de laboratórios das universidades e centros de pesquisa, com atuação na área de dispositivos eletrônicos, incluindo os semicondutores orgânicos. Meta de 2008 foi integralmente cumprida. As restrições para os anos seguintes são de natureza orçamentária, considerando que o pré-projeto do programa de modernização da infra-estrutura de laboratórios de universidades, acima mencionado, demandará recursos da ordem de R\$ 20 milhões anuais ainda não assegurados.

2.2.3.2.6. Apoio a projetos de novos materiais eletrônicos – criar 1 laboratório-fábrica na área de semicondutores orgânicos e apoiar projetos de P,D&I

Previsto em 2008: 3 projetos

Realizado:

- 2 projetos contratados em 2007 (Politec, Gávea Sensores) e
- 1 projeto submetido em 2008 mas não aprovado na Subvenção Econômica 2008 / FINEP

Situação: deverá ser elaborado um programa para apoiar a criação do laboratório-fábrica em 2009, em conjunto com o CTI, FINEP, CGEE e o BNDES. Foi proposto um termo de referência para uma ação transversal visando selecionar projetos de P,D&I de novos materiais eletrônicos, para que a presente meta seja cumprida. Um dos possíveis projetos identificados nesta área que estarão sendo desenvolvidos com a UNICAMP e o IME, na área de semicondutores orgânicos e células de filmes e na área de displays com o CTI. A meta para 2008 não foi cumprida.

2.2.3.3. Outras ações desenvolvidas

2.2.3.3.1. Aquisição de licenças dos programas de computador para projeto de circuitos integrados (software *Electronic Design Automation – EDA*), destinadas às instituições de ensino e pesquisa brasileiras

Realizado: desde 2005, com recursos do Fundo de Informática (R\$ 500 mil) e coordenação da Fundação de Apoio ao CTI – FaCTI e da Sociedade Brasileira de Microeletrônica - SBMicro, foram adquiridas licenças EDA das maiores empresas mundiais (*Cadence, Mentor Graphics e Synopsis*) para mais de 20 instituições brasileiras de ensino e pesquisa, tanto públicas como privadas, que atuam na área de projeto de circuitos integrados.

Situação: Em 2009, serão necessários recursos da ordem de US\$ 150 mil para pagamento de 20 licenças Cadence, 20 licenças Mentor e 15 licenças Synopsis. Os recursos necessários deverão ser obtidos junto ao Fundo de Informática.

2.2.3.3.2. Reunião com representantes das principais empresas nacionais e internacionais do setor de semicondutores e importantes autoridades do Governo Brasileiro, promovida em parceria com a ABDI e a empresa americana Cadence – Reunião realizada em maio de 2008, que contou também com a presença de representantes de instituições de P&D&I, agências de fomento do MCT e do BNDES e outros órgãos.

2.2.3.4. Ações de coordenação e gestão do Programa CI-Brasil

Realizado: Foram realizadas 6 reuniões da Comissão de Coordenação do Programa CI-Brasil durante o ano de 2008. De uma forma geral, foram apresentadas e avaliadas as ações em andamento e os principais resultados obtidos pelos centros de

projeto, bem como as atividades desenvolvidas pelos três grupos de trabalho – recursos humanos, plano de negócios e capacitação técnica e P&D.

Dentre as ações mais relevantes em andamento, merece destaque a contratação pelo CT-PIM de um estudo, realizado por consultores com experiência internacional para avaliar o Programa CI-Brasil em sua fase atual de implantação e propor a sua evolução e consolidação nos próximos 36 meses. Para tal, estão sendo realizadas reuniões de trabalho com todas as DHs do Programa CI-Brasil, com os órgãos de fomento CNPq e FINEP, além do BNDES, ABDI, MCT, MDIC e MC. Como resultado deste estudo, espera-se uma proposta para um plano estratégico, tático e operacional para o Programa CI-Brasil. Aspectos relacionados a pontos fortes e fracos do País e das DHs estão sendo identificados, bem como possíveis alternativas que possam viabilizar a consolidação dessas DHs.

O estudo/consultoria terá continuidade no ano de 2009, estando a sua conclusão prevista para março de 2009.

2.2.3.5. Programa Prioritário do CATI – PNM

Realizado:

- Processos Produtivos Básicos (PPBs)

Realizado: Por intermédio da elaboração de Processos Produtivos Básicos (PPB) pelo GT-PPB, constituído de representantes do MCT, MDIC e Suframa, procura-se incentivar o desenvolvimento de circuitos integrados no País, incluindo esta etapa de projeto como uma etapa importante na fabricação de produtos. Como exemplo, foi aprovado o PPB para cartuchos de tinta para impressoras com dispositivos de identificação por rádio-frequência RF-ID (Portarias MDIC/MCT nº 216 e 217, de 06.11.2008), com a previsão de destinação de recursos para projeto de desenvolvimento de circuitos integrados e RFID.

De uma forma geral, no ano de 2008 foram publicadas 59 portarias interministeriais. Estão em análise 33 propostas e 24 propostas estão em consulta pública.

Para 2009, pode-se buscar estabelecer medidas que venham a contribuir para que mais recursos sejam destinados ao desenvolvimento de projetos de circuitos integrados, bem como de tecnologias na área de semicondutores, *displays*, células fotovoltaicas, etc.

2.2.4. Redes e Mídias

O uso intensivo das TIC vem sendo realizado de forma crescente em diversas áreas do conhecimento e distintas aplicações em educação, pesquisa e inclusão social. Contudo, para aumentar sua apropriação e difundir seu uso inovador, torna-se importante estruturar os esforços de P,D&I que ampliem a qualificação dos recursos humanos em sistemas distribuídos, consolidando comunidades distribuídas emergentes, com características interdisciplinares em aplicações em temas de interesse nacional.

As ações de desenvolvimento de produtos, serviços e aplicativos de TIC para suporte às atividades de P&D&I em redes cooperativas são voltadas para gerar novos produtos, serviços e aplicações-piloto para suporte ao trabalho em redes cooperativas de pesquisa e desenvolvimento, baseado em comunicação, computação, armazenamento e aplicações interoperáveis e *middlewares* que permitam a federação de recursos de informação (bibliotecas digitais, sistemas de gestão e fomento, bases de indicadores, objetos educacionais, IPTV, etc.), com mecanismos distribuídos de autenticação, autorização e contabilização.

Os resultados das ações mais expressivos do Programa de Tecnologias Digitais de Comunicação, Mídias e Redes do PACTI estão descritos em cinco grandes blocos:

2.2.4.1. Centro de P&D em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação

Carta-Convite para apresentação de propostas de projetos em tecnologias aplicadas ao Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), nos temas:

- desenvolvimento de equipamentos e dispositivos de recepção que incluam interatividade, com foco em tecnologias para barateamento do receptor e plataforma comum Brasil/Japão;
- desenvolvimento do *middleware* Ginga e de ferramentas para seu uso;
- aprimoramento dos sistemas de transmissão e recepção para melhoria da robustez do sinal;
- melhoria da qualidade/eficiência na codificação de sinais fonte e implementação de subsistemas que incorporem tais melhorias; e
- interatividade e tecnologias de acesso

Em 2008, 24 grupos apresentaram 35 propostas de projetos com valores até R\$ 2 milhões e execução em até 18 meses. O processo de avaliação das propostas visou a construção de redes e, nesse sentido, foram formadas seis redes para execução de projetos relacionados aos temas propostos na Carta-Convite, com valor total de R\$ 12 milhões, apresentados resumidamente a seguir:

- Projeto GingaFrEvo & GingaRAP:

Objetivo – i) criação de um conjunto de ferramentas de suporte a autoria e difusão de dados em conformidade com o *middleware* Ginga; ii) desenvolvimento do *middleware* Ginga para plataformas ligadas a Internet; e iii) mecanismos para facilitar a instanciação do núcleo comum do Ginga em diversas plataformas, sistemas de comunicação e dispositivos.

Instituições envolvidas: PUC-Rio, UFPB, UFSCar, UFMA, UFRN, UFES, EPUSP, CEFETCE, UFC, UFRGS, UFRN, UERN, PUC-Minas, UNIFACS, UFPel, UFG, USP-SC e FUCAPI. Total – 18

Valor & Prazo: R\$ 3 milhões / 18 meses

- SoC-SBTVD – Sistema em Chip para o SBTVD

Objetivo - especificação, desenvolvimento e integração de um protótipo de um SoC para Terminais de Acesso compatível com o padrão brasileiro de televisão digital que terá os seguintes componentes principais: processador, decodificador H.264, decodificador de áudio AAC e demultiplexador.

Instituições envolvidas: UnB, UFRN, UFRGS, Unisinos.

Valor & Prazo: R\$ 2 milhões / 18 meses

- H.264 Setup

Objetivo - desenvolvimento de procedimentos sistemáticos para a configuração dos diversos parâmetros de codificadores H.264, de modo a obter um compromisso ótimo entre a qualidade, a taxa de compressão e o retardo de codificação.

Instituições envolvidas: UnB, COPPE/UFRJ, IME, UERJ, UFF

Valor & Prazo: R\$ 1 milhão / 18 meses

- Recepção com Diversidade e Antenas Inteligentes

Objetivo - desenvolvimento de um sistema de recepção que possa ser facilmente integrado às atuais unidades receptoras de conversoras de TV Digital.

Instituições envolvidas: Inatel, Unicamp, PUC-RS, UFSC, UTFPR, CTI, Mackenzie.

Valor & Prazo: R\$ 2 milhões / 18 meses

- Terminal de Acesso

Objetivo - desenvolvimento de uma arquitetura aberta, livre e escalável de terminal de acesso em conformidade com as normas vigentes do SBTVD.

Instituições envolvidas: CTI, Certi, LSI/USP, Genius, UFCG, UFSC.

Valor & Prazo: R\$ 3 milhões / 12 meses

- Ferramenta de Coleta de Sinais, Estatística de Acesso, Auxílio à Predição de Cobertura do Sinal Digital Terrestre e Diagnóstico para Instalações de TV Digital como API para middleware Ginga

Objetivo - criação de uma ferramenta de coleta de dados para análise e monitoramento remoto de sinais, a ser introduzida em set top boxes como uma Interface de Programação de Aplicativos (API) do middleware Ginga.

Instituições envolvidas: Unicamp, Mackenzie, UFPA, UNISAL, CESET

Valor & Prazo: R\$ 1 milhão / 12 meses

2.2.4.2. Seis instituições integradas no Serviço Experimental de Infra-estrutura de Chave Pública Educacional (ICP-Edu): RNP, Unicamp, UFSC, UFF, UFMG, LNCC

As atividades de colaboração entre universidades, centros de pesquisa e agências de ciência e tecnologia são crescentemente dependentes de tecnologia de informação. A elaboração de projetos, a circulação de documentos (workflow) a segurança de autorizações (identificação e autenticação) e outras atividades de gestão que comumente são desenvolvidas nestes campi e entre as instituições e agências passam a contar com uma infra-estrutura de certificação digital exclusivamente educacional.

Este serviço experimental permite que estas instituições gerem e distribuam certificados digitais para alunos, professores e funcionários. Desta forma aplicações inter-campi poderão ser realizadas de forma segura (ex. graus, ementas, assinatura de projetos, etc).

2.2.4.3.Desenvolvido um hardware de segurança criptográfica de chaves públicas (HSM) em conjunto com Unicamp, Kryptus Ltda, adotado pela ICP-Brasil e empresas privadas;

O projeto ICP-EDU produziu um equipamento (hardware criptográfico) para armazenamento seguro da chave privada. Este equipamento substitui com vantagens os equivalentes importados, tanto em custo como em funcionalidade. Por constituir-se em uma plataforma aberta e auditável está em processo de homologação para utilização por empresas e instituições da Infra-estrutura de Chave Pública Brasil, ICP-Brasil.

Este importante resultado, além de viabilizar um equipamento de baixo custo e alta segurança para as universidades e centros de pesquisa brasileiras adotarem certificação digital na ICP-Edu, permitiu ao ITI – Instituto de Tecnologia da Informação e ao Serpro, responsável pela certificação digital da Receita Federal, adotarem a mesma solução em substituição aos sistemas proprietários que apresentavam deficiências.

2.2.4.4.Inauguração da quarta e quinta unidade da Escola Superior de Redes (ESR) em Porto Alegre (UFRGS) e Cuiabá (UFMT);

Foram implantadas as unidades da Escola Superior de Redes em Porto Alegre, em parceria com a UFRGS e em Cuiabá, em parceria com a UFMT. Estas unidades se somam às outras três existentes (IBICT/UnB – Brasília, UFPB – João Pessoa e CBPF – Rio de Janeiro) e permitem a capacitação de especialistas em TI em novas aplicações de redes e comunicação. A ESR permite à RNP diminuir a deficiência de recursos humanos especializados em TI através da parceria com as universidades e centros de pesquisa que, em cada estado, hospedam o Ponto de Presença da rede nacional.

2.2.4.5.Capacitação de 700 especialistas de tecnologia de informação e comunicação nas 4 unidades da ESR, até novembro de 2008.

A formação de recursos humanos nas unidades da ESR favoreceu o aperfeiçoamento e a retenção de especialistas de TI que trabalham em universidades, centros de pesquisa e escolas tecnológicas. Além disto, estes cursos são importantes para favorecer a implantação e utilização de aplicações avançadas de comunicação e colaboração entre alunos, professores e pesquisadores, nacional e internacionalmente.

2.2.5.Dificuldades que mais impactaram a execução dos trabalhos da SEPIN

As principais atividades da SEPIN são: a concessão de incentivos fiscais objetivando a habilitação de empresas produtoras de bens de informática e automação à fruição dos incentivos fiscais; o acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa e desenvolvimento realizados pelas empresas beneficiárias a título de contrapartida aos incentivos auferidos; e a formulação e implementação de políticas de fomento aos segmentos de software e semicondutores.

Entretanto apesar do impacto das tecnologias de informação no conjunto dos demais segmentos produtivos da Economia, que perpassa todo o conjunto da sociedade, para o cumprimento de sua missão a SEPIN permanece dispondo de um quadro claramente insuficiente de servidores, sendo a maioria dos quais não efetivos, para cumprir sua missão adequadamente.

Conforme mostra o quadro abaixo, em dezembro de 2006 a SEPIN dispunha de uma equipe de 68 pessoas (4 estagiários). Em janeiro de 2007 a equipe foi reduzida para 46 pessoas (4 estagiários) e essa brusca redução da força de trabalho da Secretaria impactou significativamente suas atividades. Em agosto de 2007 a força de trabalho da SEPIN foi parcialmente recuperada alcançando 65 pessoas até julho de 2008, quando novamente é reduzida encerrando o ano de 2008 com 52 colaboradores.

Quadro atual de servidores e colaboradores na SEPIN			
Regime de Contratação	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2008
Servidores Ativos	22	24	23
Analistas em Ciência e Tecnologia	14	15	14
Assistentes em Ciência e Tecnologia	8	9	9
Temporários	29	7	7
Em vigor (Projeto UNESCO 914 BRA 5065)	7	7	6
Encerrado (Contrato temporário, Projeto PNUD BRA/99/021)	22	-	-
Consultores (Produto/Unesco)	-	9	9 (*)
Requisitados com DAS	1	1	1
Terceirizados	9	18	17
Função Comissionada sem vínculo	1	2	1
Estagiários	6	4	3
Total	68	65	52(61*)

(*) Consultores contratados no período de julho de 2007 a julho de 2008

Das atividades muitas realizadas pela SEPIN, grande parte dos esforços – e que absorvem o maior contingente dos servidores - são direcionados às atividades previstas em Lei, ou sejam, análise de pleitos de concessão de incentivos e a análise dos relatórios demonstrativos relativos à aplicação em atividades de P&D em contrapartida à fruição dos incentivos da Lei de Informática pelas empresas.

Essas atividades envolvem investimentos da ordem de centenas de milhões de reais, cabendo, assim, a cada analista examinar o adequado enquadramento como efetiva atividade de P&D, nos termos da legislação, tanto em face do contido nos pleitos e relatórios, como muitas vezes mediante inspeção in loco, ante a complexidade dos projetos e sua importância econômica.

A análise de pleitos de concessão e de relatórios demonstrativos de investimentos em P&D é uma atividade complexa que demandam tempo, analistas qualificados e experientes no conhecimento da matéria.

2.3.GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

2.3.1.Programas

2.3.1.1.Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

2.3.1.1.1.Dados Gerais

Programa: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) - 1388

Título:	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)
Órgão:	Ministério da Ciência e Tecnologia
Unidade Gestora:	Secretaria Executiva - MCT - 240112
Objetivo Setorial:	Incentivar a inovação tecnológica nas cadeias produtivas.
Tipo de Programa:	Finalístico
Objetivo:	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.
Público Alvo:	Empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica.
Justificativa:	Até o início dos anos 90, o setor produtivo vinha aplicando muito pouco na sua capacitação tecnológica: cerca de 10% do total dos investimentos em C&T, os quais, por sua vez, não ultrapassavam a 0,8% do PIB. Atualmente, tanto os investimentos globais quanto os investimentos do setor produtivo vem crescendo significativamente, porém, ainda em níveis insuficientes, quando comparados ao que acontece nos países industrializados, que investem em C&T entre 2% a 3% do seu PIB, com participação majoritária do setor produtivo. Com a implementação deste Programa pretende-se atingir um patamar de investimentos mais compatível com as necessidades e os desafios de uma economia extremamente competitiva, aprofundando e viabilizando um efetivo Sistema Nacional de Inovação em plena sintonia com PITCE. Enfatizará não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, mas também a capacidade gerencial das empresas brasileiras e ainda, estimulará a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores. Essas parcerias contribuirão para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País, o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação, da nanociência e nanotecnologia, da biotecnologia e outras áreas de fronteira vitais, estruturantes do futuro em uma ampla gama de atividades, com vistas ao aumento da competitividade da indústria nacional e inserção da economia brasileira no mercado internacional.
Estratégia:	O apoio a inovação para a competitividade do setor produtivo requer formas de atuação articulada e em parceria entre as entidades do Governo, agências de fomento, instituições de C&T, entidades de apoio e empresas. Neste sentido, o programa adotará as seguintes estratégias: 1. Estimular o aumento efetivo da participação do setor produtivo nacional na alocação de recursos para a capacitação tecnológica das empresas, contribuindo para o aumento dos investimentos do País em C&T; 2. Introduzir a dimensão tecnológica em programas do Governo que visem aumentar a competitividade das cadeias produtivas relevantes para o País; 3. Ampliar a oferta de

	serviços tecnológicos especializados de Tecnologia Industrial Básica - TIB (metrologia, normalização técnica, avaliação da conformidade, tecnologias de gestão, tecnologias de produção mais limpa, informação tecnológica, propriedade intelectual e demais serviços especializados de suporte à P,D&E) com vistas à superação de barreiras técnicas ao comércio; 4. Adotar critérios de seletividade na alocação de recursos, procurando conciliar o incremento da capacitação tecnológica nacional com a geração de impactos sociais positivos; 5. Implementar um modelo de gestão que atue na integração de agentes e iniciativas pela centralização das decisões de caráter estratégico com a descentralização das ações operacionais.
Gerente:	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Gerente Executivo:	Programa não possui Gerente Executivo Cadastrado

2.3.1.1.2. Indicadores do Programa

Indicador: Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos
Data: 13/02/2009
Fórmula: Número de certificados válidos de sistemas e de famílias de produtos emitidos de acordo com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC no ano.
Unidade de Medida: Unidade
Índice Referência: 17361.000
Índice Apurado: 10620.000
Periodicidade: Anual
Fonte: ABNT/INMETRO
Base geográfica: Nacional

Indicador: Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas
Data: 15/10/2007
Fórmula: Número de mestres e doutores, em equivalência de tempo integral, alocados em atividades internas de P&D dividido pelo total de pessoas alocadas em atividades internas de P&D das empresas industriais extrativas e de transformação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida : Percentual
Índice Referência : 8.090
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade: Bianual
Fonte : PINTEC/IBGE
Base geográfica: Nacional

Indicador : Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos
Data : 05/10/2007
Fórmula : Valor das exportações de produtos de alta tecnologia dividido pelo valor das exportações brasileiras de produtos industriais, multiplicado por 100.
Unidade de Medida : Percentual
Índice Referência : 8.700
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade: Anual
Fonte : Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC
Base geográfica: Nacional

Indicador : Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO)
Data : 04/05/2007

Fórmula : Pedido de Depósito de Patentes no INPI por Parte de Residentes.
Unidade de Medida : Unidade
Índice Referência : 13169.000
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade : Anual
Fonte :
Base geográfica : Nacional

Indicador : Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados.
Data : 09/02/2009
Fórmula : Número de pedidos de patentes de invenção depositados no USPTO, por residentes no Brasil, no ano.
Unidade de Medida : Unidade
Índice Referência : 340.000
Índice Apurado : 385.000
Periodicidade : Anual
Fonte : United States Patent and Trademark Office (USPTO)
Base geográfica : Nacional

Indicador : Pessoas em Atividades de P&D no Total de Empregados das Empresas
Data : 04/05/2007
Fórmula : Número de pessoas, com dedicação exclusiva e parcial, em atividades internas de pesquisa e desenvolvimento dividido pelo número total de empregados das empresas industriais extrativas e de transformação, multiplicado por mil.
Unidade de Medida : 1/1.000
Índice Referência : 9.63 por mil
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade : Bianual
Fonte : PINTEC/IBGE
Base geográfica : Nacional

Indicador : Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas.
Data : 15/10/2007
Fórmula : Gasto total das empresas em P&D dividido pela receita líquida de vendas das empresas industriais extrativas e de transformação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida : Percentual
Índice Referência : 0.650
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade : Bianual
Fonte : PINTEC/IBGE
Base geográfica : Nacional

2.3.1.2.Principais Ações do Programa

2.3.1.2.1.Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

2.3.1.2.1.1.Dados gerais

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240112 - Secretaria Executiva - MCT
Unidades executoras	240116 – Secretaria de Política de Informática; 240115 - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 240119 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	240116 – Secretaria de Política de Informática; 240115 - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 240119 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.
Coordenador nacional da ação	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

2.3.1.2.2.Ação 4967- Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos.

2.3.1.2.2.1.Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar a competitividade e a capacidade produtiva da indústria brasileira de software e serviços correlatos, com medidas para fortalecê-la e para ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo, a fim de transformar o Brasil em uma das referências no cenário internacional do setor.
Descrição	Apoio a projetos de formação e capacitação de recursos humanos; promoção de melhores práticas de engenharia de software; fomento ao uso de software e serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil; apoio a implantação de um sistema de informação da indústria brasileira de software e serviços de tecnologia da informação; promoção de parcerias empresas-universidades para o desenvolvimento de segmentos emergentes; realização de eventos que visem divulgar e discutir a indústria brasileira de software e serviços correlatos, tais como: assessoria e consultoria em informática, suporte técnico de instalação, configuração e manutenção de sistemas de tecnologia da informação; proposição e apoio às medidas de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de forma a permitir maior

	competitividade à indústria brasileira de software.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240116 – Secretaria de Política de Informática
Unidades executoras	240116 – Secretaria de Política de Informática
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	240116 – Secretaria de Política de Informática
Coordenador nacional da ação	Antenor Cesar Vanderlei Corrêa
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica
Unidade de medida	Projeto

2.3.1.2.3.Ação 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores.

2.3.1.2.3.1.Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Implantar no País um ecossistema microeletrônico, composto por uma cadeia de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de componentes eletrônicos que permita a incorporação desses dispositivos produzidos e processos de produção em diversos setores industriais, com ganhos de produtividade, inovação e competitividade.
Descrição	Estimulo as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas, em parcerias com universidades e centros de pesquisa, objetivando a incorporação em seus produtos de componentes semicondutores desenvolvidos no País; Atração, criação e implantação de investimentos em projeto e fabricação de circuitos integrados no Brasil; Incentivar a implantação, modernização e atualização da infraestrutura de P&D dos centros de pesquisa nacionais; Consolidação tecnológica e operacionalização da unidade de prototipagem de circuitos integrados em Porto Alegre (CEITEC); Apoio à formação e capacitação de recursos humanos especializados em projeto e processo de fabricação de circuitos integrados; Promoção de programas de cooperação tecnológica com instituições internacionais de excelência nas áreas de microeletrônica, nanoeletrônica e dispositivos micro-eleto mecânicos (MEMS).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240116 – Secretaria de Política de Informática
Unidades executoras	240116 – Secretaria de Política de Informática;

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	240116 – Secretaria de Política de Informática
Coordenador nacional da ação	Henrique de Oliveira Miguel
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica
Unidade de medida	Projeto

2.3.1.2.4. Ação 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital

2.3.1.2.4.1. Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Consolidar a capacitação tecnológica do País para a implantação, desenvolvimento e inovações de tecnologias de TV Digital.
Descrição	Apoio a projetos de pesquisas de estímulo a inovação em diversos segmentos, destacando-se os radiodifusores, as indústrias de equipamentos transmissores e receptores, os produtores de conteúdo e a indústria de software; Mobilização e coordenação de ações de redes multidisciplinares de instituições acadêmicas e de P&D brasileiras com o objetivo comum de desenvolver a competência nacional para inovação em comunicações digitais, em particular para a TV digital; Provisão dos meios necessários para implantar o Centro de Desenvolvimento para a TV Digital, na forma de uma unidade de coordenação de uma plataforma de P&D&I descentralizada, com foco no desenvolvimento de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs); Viabilização de atividades de P&D&I em tecnologias relacionadas à TV digital no País e Apoio a projetos de cooperação tecnológica com centros de P&D do exterior; Proporcionar a formação de recursos humanos para a TV Digital no Brasil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240116 – Secretaria de Política de Informática
Unidades executoras	240116 – Secretaria de Política de Informática;
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	240116 – Secretaria de Política de Informática
Coordenador nacional da ação	Augusto César Gadelha Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica
Unidade de medida	Projeto

2.3.1.2.5.Resultados

2.3.1.2.5.1.4967 - Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos.

A presente ação tem como objetivo a formalização de parcerias estratégicas para a divulgação do programa por meio de elaboração de estudos, implantação de projetos pilotos, apoio financeiro para realização de seminários, Workshops, e eventos diversos. Um dos papéis do MCT na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), é financiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas e em projetos de cooperação entre universidades (ICTs) e empresas. Outro papel é promover articulações e iniciativas para a inovação nos setores estratégicos: software, microeletrônica, produtos farmacêuticos e bens de capital.

A seguir estão listados os resultados obtidos com os projetos da área de Software:

- 9º FÓRUM INTERNACIONAL SOFTWARE LIVRE – FISL: Apoio financeiro a realização do 9º Fórum Internacional Software Livre – FISL, realizado de os dias 17 a 19 de abril de 2008 em Porto Alegre - RS. O evento acontece anualmente na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. O fórum é considerado um dos maiores eventos do mundo na área por proporcionar uma discussão técnica, política e social sobre software livre de forma integrada. Reúnem discussões, palestras, painéis, personalidades e novidades nacionais e internacionais relacionadas ao desenvolvimento do setor de software livre. A realização do 9º fórum internacional de software livre congregou desenvolvedores membros da comunidade de software livre, usuários, segmento governo, empresas privadas, docentes e discentes de universidades. No evento foram apresentadas palestras técnicas, painéis e cases nas áreas bancária, saúde, educação, gestão municipal, hardware e segurança, o que demonstra a grande evolução na oferta de aplicativos ocorrida, bem como uma análise das tendências projetadas par os próximos anos. Os Técnicos da Secretaria de Política de Informática – SEPIN colaboraram com a montagem e manutenção do estande conjunto do Governo Federal composto pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento Orçamento e Gestão, e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação que firmaram parceria para a montagem de um estande conjunto do Governo Federal durante o evento, bem como participaram das palestras técnicas e não técnicas, e de oficinas de temas específicos relacionados ao Software Livre.

Foram empenhados os recursos programados para a segunda parcela dos Convênios celebrados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e as instituições que seguem:

- INSTITUIÇÃO: Associação de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras - ANPEI. OBJETO: Elaboração de estudo e criação de material próprio para divulgação internacional sobre a indústria brasileira de informática, sobre o mercado brasileiro, sobre a capacitação tecnológica brasileira em empresas e entidades de P&D e sobre a Política de Informática do Governo.
- INSTITUIÇÃO: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ OBJETO: Criação do Centro de Excelência Tecnológico de Audiovisual de Niterói a partir de um diagnóstico do setor audiovisual da cidade de Niterói e da proposição de políticas públicas de empreendedorismo e inovação para este setor.
- INSTITUIÇÃO: Fundação CPQD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações. OBJETO: Promover a disseminação de padrão internacional

de qualidade de software na comunidade brasileira de Tecnologia da Informação, visando o aumento da sua competitividade na exportação de produtos e serviços de software.

- INSTITUIÇÃO: Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTcPB. OBJETO: realização de quatro macro-atividades que visam à ampliação e fortalecimento da Comunidade SegHidro, quais sejam: (i) expandir a comunidade SegHidro através de um aumento do número de instituições participantes e no leque de aplicações que executam no Portal SegHidro, incluindo novas aplicações cuja viabilidade e demanda por grades computacionais foi identificada por instituições participantes da Comunidade SegHidro e outras instituições que demonstraram interesse em fazer parte da comunidade; (ii) promover a interoperabilidade entre diferentes middleware computacionais e o OurGrid, de modo a permitir um maior desacoplamento da plataforma SegHidro e da infra-estrutura de grade utilizada; (iii) consolidar a apropriação do SegHidro pelos usuários, através de suporte ao pessoal de TI, aos meteorologistas, aos hidrólogos e outros pesquisadores e técnicos na utilização do SegHidro nas instituições governamentais, de forma a facilitar suas atividades cotidianas, viabilizando a execução de suas aplicações e permitindo o compartilhamento de dados com outros centros; e, (iv) manter operacionais o software da plataforma SegHidro e sua infra-estrutura, além de implementar no software outros requisitos levantados através da interação com os provedores de dados, de serviços e usuários.

Foram empenhados os recursos programados para a primeira parcela dos Termos de Parcerias celebrados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e as instituições que seguem:

- INSTITUIÇÃO: Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM. OBJETO: Atualização do Estudo do Mercado Internacional de Tecnologia da Informação e elaboração de um “Book Brasil de T.I.”.
- INSTITUIÇÃO: Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – SOFTEX. OBJETO: Realizar a capacitação de oito Agentes Softex, para aumentar seu envolvimento na coordenação descentralizada do Projeto Setorial Integrado para a Exportação de Software e Serviços Correlatos Brasileiros (PSI-SW).

Execução de outros projetos:

- INSTITUIÇÃO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. OBJETO: Atender a execução das ações do Projeto 914 BRA 5065 - “Diretrizes e Estratégias para a Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil”, Objetivo Imediato 3 - Avaliar o desenvolvimento do Setor de Software no País, identificando: o grau de adoção e aplicação no mercado interno e sua inserção no mercado internacional; a capacitação do País em desenvolvimento de projetos de componentes semicondutores; o grau de competitividade dos produtos de TI produzidos no País; o crescimento da inclusão digital na sociedade brasileira; e o desenvolvimento do setor de prestação de serviços intensivos em Tecnologia da Informação, medindo a capacitação e a produtividade do Setor de Tecnologia das Informações, medindo a capacitação e a competitividade do Setor de Tecnologia da Informação no Brasil.

2.3.1.2.5.1.1. Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
5	1.000.000,00	8	1.000.000,00

A dotação orçamentária autorizada na LOA 2008 para a Ação 4967 totalizou R\$ 1.000.000,00 para despesas de custeio. Foram empenhados R\$ 1.000.000,00 dos recursos previstos para o exercício de 2008 para aplicação nos 08 projetos acima listados, superando em 60% a meta física estipulada para a referida ação. Os recursos orçamentários foram empenhados e liquidados integralmente no exercício de 2008.

2.3.1.2.5.1.2. Restrições

TIPO	DESCRIÇÃO	PROVIDÊNCIA
Orçamentárias	Limite financeiro desproporcional, inferior, ao Limite orçamentário definido para unidade.	Será necessário alterar os critérios de distribuição de limites orçamentários e financeiros à realidade de cada Secretaria.
Administrativas	Atrasos nas execuções dos convênios e seus respectivos pagamentos.	Foram realizados contatos e gestões junto aos convenientes para aplicar maior celeridade na execução dos convênios.

2.3.1.2.5.2. Ação 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores

A Ação que tem como objetivo a formalização de parcerias estratégicas para a divulgação do programa por meio de elaboração de estudos, implantação de projetos pilotos, apoio financeiro para realização de seminários, workshops, eventos diversos. Sua finalidade é dotar o País de capacitação em projeto e fabricação de componentes semicondutores. Seu produto compreende projetos voltados ao desenvolvimento da indústria e fabricação de semicondutores.

A seguir estão listados os resultados obtidos com os projetos da área de Microeletrônica:

- I) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Visando atender a necessidade imediata do pagamento de bolsas do Programa CI-Brasil, o MCT realizou a descentralização orçamentária e o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 140.000,00 da ação Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores – 6432, vinculada ao Programa Ciência Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) – 1388, em favor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Os interessados são o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Centro de Treinamento para

Projetistas de Circuito Integrado do País, instalado no Núcleo de Suporte a Ferramentas de Apoio a Projetos de Sistemas Integrados - NSCAD Microeletrônica, que é ligado ao Instituto de Informática da UFRGS. Essas instituições, para realizarem suas atividades necessitam de especialistas em projeto de circuitos integrados que serão contratados por intermédio de bolsas. O Programa CI-Brasil foi aprovado em junho de 2005 pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI), no âmbito do Programa Nacional de Microeletrônica - PNM-Design, sendo este considerado Programa Prioritário pela Resolução do CATI nº 108, de 06.12.2002. Especificamente em relação ao presente objeto, o Programa CI-Brasil prevê a criação de um programa específico de bolsas com o objetivo de formar equipes especializadas em projeto de circuitos integrados. Para tal, propõe um programa específico, com diferentes níveis e valores de bolsas, com a implementação sendo realizada e coordenada pelo CNPq, com repasse de recursos orçamentários do MCT ou com recursos da Lei de Informática, por intermédio do Fundo Setorial CT-Info ou pelo Programa Prioritário PNM-Design. OBJETIVO: O Ministério da Ciência e Tecnologia é o principal responsável pela implementação do Programa Nacional de Microeletrônica (PNM). Este programa tem como objetivo principal a ampliação da capacitação de recursos humanos na área de projetos de circuito integrados (CI), visando atender às necessidades de empresas de design e de instituições de ensino e pesquisa. Visa adicionalmente: (i) atrair para o Brasil atividades de design desenvolvidas internacionalmente por empresas do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC - INTEL, AMD, ST, Toshiba, Freescale, Nokia, Motorola, Siemens e outras; (ii) atrair para o Brasil empresas internacionais independentes, especializadas em design; estimulando a formação de design-houses brasileiras e atividades de projeto de CI em empresas brasileiras de TIC; (iii) estimular o desenvolvimento da engenharia de produto de bens finais no Brasil, com foco em sistemas do complexo eletrônico; (iv) estimular o desenvolvimento de ferramentas de CAD eletrônico por software houses no Brasil; (v) criar sinergia e interação entre centros de design e empresas, através da criação de centros tecnológicos operando em rede, dotados de infra-estrutura avançada de telecomunicações, software especializado, estações de trabalho e bibliotecas de uso compartilhado (IP cores); e (vi) aumentar a competitividade da indústria nacional, em vários setores da economia, através do desenvolvimento e incorporação de funcionalidades, recursos e inovações por intermédio do uso de CIs dedicados (ASIC) e circuitos em sistemas (SoC) que diferenciarão os produtos brasileiros e possibilitarão maior agregação de valor aos produtos nacionais.

- II) Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer – CTI Descentralização de créditos orçamentários e financeiros ao Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer – CTI, UG n.º 240129, Gestão n.º 00001, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) a fim de apoiar a realização do projeto “Desenvolvimento de novas tecnologias de empacotamento eletrônico” As ações resultantes da liberação dos recursos descentralizados viabilizaram os seguintes objetivos: A. Preparo de um conjunto de cápsulas em epoxy para atendimento da demanda do CEITEC e do Projeto CI Brasil; B. Implantação de uma metodologia e uma facilidade para simulação por elementos finitos de eventos diversos associados a diversos projetos em desenvolvimento; C. Melhoria de parte da infra-estrutura laboratorial com foco no processo de fabricação e empacotamento eletrônico de sistemas eletrônicos. A utilização de um pacote de software de simulação de diversas grandezas relacionadas com o desenvolvimento de sistemas é fundamental para a tomada de decisões e avaliações importantes durante um trabalho de pesquisa e desenvolvimento. O CTI possui uma licença do pacote completo de simulação da ANSYS que deve ser atualizado para a versão 12 e disponibilizado para mais um usuário simultâneo devido à intensificação da necessidade de utilização. Também melhorias em alguns aspectos de infra-estrutura laboratorial, tais como: substituição do piso de ambiente de sala limpa,

substituição de filtros HEPA, aperfeiçoamento do sistema de proteção anti-estática e disponibilização de alguns insumos de processo são de grande importância para o desenvolvimento de etapas de processo de fabricação e de empacotamento de sistemas eletrônicos.

- III) *Executive Summit* - Dentro dos propósitos da PDP, em maio foi realizado o *IC Executive Summit*, evento inédito na área de semicondutores, que reuniu em Brasília importantes representantes das maiores empresas de eletroeletrônica do mundo. Além disso, a ABDI e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) realizaram a Oficina de Trabalho: Visão de Futuro e Agenda INI-TIC: 2008-2025. O Brasil é hoje um mercado promissor para o setor de microeletrônica e semicondutores. A conjuntura nacional impulsiona o crescimento econômico, estimula a inovação tecnológica nas empresas e já tem as condições necessárias para o País conquistar um novo padrão de competitividade na produção de circuitos integrados, inclusive para o comércio externo. Nos dois dias do encontro, 20 e 21 de maio de 2008, que teve a participação de empresários da indústria nacional, os fabricantes receberam informações sobre o "Panorama das Oportunidades no Cenário Brasileiro de Circuitos Integrados". Este tema foi apresentado por três ministros de Estado: Sergio Rezende (Ciência e Tecnologia), Miguel Jorge (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Hélio Costa (Comunicações). Os empresários, além de informações sobre as reais condições que a economia nacional oferece, conheceram também o conjunto de indicadores que estimulam investimentos no Brasil em tecnologias da informação e comunicação. Entre eles estão a Política Industrial Brasileira em Semicondutores, os incentivos à inovação tecnológica e o Plano de Investimentos para o Setor de Microeletrônica. Para chegar até aqui, o País percorreu uma trajetória de planejamento e de investimentos, traduzidos hoje no Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PAC,T&I - 2007-2010). O Plano prevê investimentos de R\$ 41 bilhões a serem destinados à expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ao aumento da inovação tecnológica nas empresas, ao desenvolvimento de pesquisa para as áreas estratégicas e para ciência com inclusão social. Para se ter uma idéia, só para pesquisa, desenvolvimento e inovação em T,I&C, o governo investirá nos próximos três anos cerca de R\$ 370 milhões. Parte desses recursos será aplicada na ampliação do número de Centros de Projetos (Design Houses). Nessas unidades, pesquisadores estão desenvolvendo Circuitos Integrados (CI) – que são microcomponentes que reúnem múltiplas funções analógicas e digitais e são utilizados na fabricação de equipamentos de informática, telecomunicações, eletrônica de consumo e em diversas aplicações de setores industriais. Entre as principais metas do PAC, T&I para o setor está a ampliação, de sete para 15, do número de Centros de Desenvolvimento de CIs e um aumento expressivo da formação de recursos humanos nessa área. O esforço é para que o País possa contar, até 2010, com dois mil especialistas em CI, entre projetistas, mestres e doutores, tornando-se uma referência internacional em mão-de-obra qualificada nessa área.
- IV) 20ª *International Conference on Science and Technology of Synthetic Metals* - ICSM 2008. Entre os dias 06 e 11 de julho de 2008, pela primeira vez a *International Conference on Science and Technology of Synthetic Metals* - ICSM, a maior reunião científica tópica da área de polímeros condutores e materiais orgânicos funcionais, foi realizada em um país da América Latina, em sequência às bem sucedidas reuniões que desde 1976 vêm sendo realizadas em países como EUA, França, Itália, Alemanha, Suécia, Dinamarca, Japão, Coreia do Sul, China, Austrália e República da Irlanda. Com seu enfoque eminentemente multidisciplinar, a cada oportunidade a ICSM reuniu cerca de 1000 pesquisadores internacionais das áreas de Física, Química e Ciência dos Materiais, para discutir os mais recentes avanços científicos e tecnológicos relacionados com essa

dinâmica especialidade. Enquanto a importância científica do tema pode ser traduzida pela concessão em 2000 do Prêmio Nobel de Química aos Profs. A. J. Heeger e A. G. MacDiarmid, dos EUA, e H. Shirakawa, do Japão, descobridores dos polímeros condutores, as implicações tecnológicas se manifestam por um mercado que cresce atualmente a uma taxa de 5% ao ano e é estimado alcançar em futuro próximo cerca de US\$5 Bilhões entre materiais e dispositivos tão diversos quanto mostradores ("displays") eletroluminescentes, sensores e células fotovoltaicas. Atividade relevante na área vem sendo desenvolvida em diversas instituições nacionais, despertando o interesse por um segmento crescente de pesquisadores brasileiros. A qualidade científica das reuniões ICSM é definida pelo ICSM International Advisory Board (IAB-ICSM), um Comitê Científico Internacional composto por 50 pesquisadores de diferentes países. Nos últimos 10 anos, o Prof. Celso P. de Melo tem sido o representante brasileiro no IAB-ICSM. Em 2006, o IAB aprovou a realização da ICSM 2008 no Brasil, com recomendação de que o Comitê Organizador Nacional procurasse viabilizar ao máximo a participação de pesquisadores não apenas de todo o Brasil, mas também do resto da América Latina.

2.3.1.2.5.2.1. Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
4	800.000,00	4	798.782,00

A dotação orçamentária autorizada na LOA 2008 para a Ação 6432 totalizou R\$ 800.000,00 para despesas de custeio. Foram empenhados R\$ 798.782,00 dos recursos previstos para o exercício de 2008 para aplicação nos projetos acima listados, cumprindo integralmente a meta física estipulada para a referida ação. Dos recursos empenhados, R\$ 798.782,00 foram liquidados no exercício de 2008.

Da dotação orçamentária autorizada para ação 6432, foram descentralizados R\$ 240.000,00 ao CNPq e R\$ 400.000,00 ao Centro de Tecnologia da Informação.

2.3.1.2.5.2.2. Restrições

TIPO	DESCRIÇÃO	PROVIDÊNCIA
Orçamentárias	Limite financeiro desproporcional, inferior, ao Limite orçamentário definido para unidade.	Será necessário alterar os critérios de distribuição de limites orçamentários e financeiros à realidade de cada Secretaria.
Administrativas	Atrasos nas execuções dos convênios e seus respectivos pagamentos.	Foram realizados contatos e gestões junto aos convenientes para aplicar maior celeridade na execução dos convênios.

2.3.1.3. Ação 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital

- Os recursos desta ação foram transferidos à UNESCO a fim de atender a execução das ações do Projeto 914 BRA 5065 - "Diretrizes e Estratégias para a Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil". - Objetivo Imediato 3 – Avaliar o desenvolvimento do Setor de Software no País, identificando: o grau de adoção e aplicação no mercado interno e sua inserção no mercado internacional; a capacitação do País em desenvolvimento de projetos de componentes semicondutores; o grau de competitividade dos produtos de TI produzidos no País; o crescimento da inclusão digital na sociedade brasileira; e o desenvolvimento do setor de prestação de serviços intensivos em Tecnologia da Informação, medindo a capacitação e a produtividade do Setor de Tecnologia das Informações, medindo a capacitação e a competitividade do Setor de Tecnologia da Informação no Brasil.

2.3.1.3.1.1.1. Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
3	700.000,00	1	700.000,00

A dotação orçamentária autorizada na LOA 2008 para a Ação 8500 totalizou R\$ 700.000,00 para despesas de custeio. Os recursos desta ação foram empenhados, liquidados e pagos integralmente no exercício de 2008.

Os projetos relacionados ao escopo desta ação foram executados com recursos do FNDCT, no âmbito das atividades do Centro de P&D em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação, como indicado no item 2.2.4.1 deste relatório. Portanto os recursos transferidos serão utilizados para apoiar projetos de P&D da TV Digital em 2009.

2.3.1.3.1.1.2. Restrições

TIPO	DESCRIÇÃO	PROVIDÊNCIA
Orçamentárias	Limite financeiro desproporcional, inferior, ao Limite orçamentário definido para unidade.	Será necessário alterar os critérios de distribuição de limites orçamentários e financeiros à realidade de cada Secretaria.
Administrativas	Atrasos nas execuções dos convênios e seus respectivos pagamentos.	Foram realizados contatos e gestões junto aos convenientes para aplicar maior celeridade na execução dos convênios.

2.3.1.4. Critérios utilizados nas análises dos projetos

- Atendimento as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Atendimento à Instrução Normativa 01 de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, e as alterações introduzidas pelas

Instruções Normativas 01/99, 01/00, 05/01, 06/01, 01 de 2000, 02/02, 04/03, 01/04, 05/04, 02/06, 01/07, 04/07 e 07/07;

- Objetivos propostos aderentes às finalidades das Ações orçamentárias coordenadas por esta Secretaria: 4967 - Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos, 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores, 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital e 2272 - Gestão e Administração do Programa – PITCE vinculadas ao PPA 2008/2011;
- Objetivos pertinentes ao Regimento Interno das Secretarias, fundamentado nas diretrizes do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE;
- Objetos aderentes ao Plano de Ação 2007/2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, que integra o conjunto de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- Projetos com valores compatíveis com a dotação orçamentária autorizada em cada Ação.

2.3.1.5. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

A ação se propõe a estimular à capacitação tecnológica e a melhoria da competitividade das empresas do setor de informática e automação, mediante a concessão de incentivos à P&D previstas na Lei nº 8.248, de 1991 e suas alterações. O estímulo à produção local, estabelecido nesta ação, contribui para a promoção da inserção competitiva da indústria brasileira de tecnologias da informação por meio de ações aplicadas nas áreas tecnológica e industrial voltadas para geração de tecnologias e maior agregação de valor nas cadeias produtivas, colaborando com o País no aproveitamento de nichos de mercado e incentivo a investimentos externos, tornando a produção no mercado interno atrativa e com vistas ao mercado externo.

A presente ação possui sua gestão compartilhada por três unidades: 240116 – Secretaria de Política de Informática, 240115 - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 240119 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Conforme aprovado na LOA 2007, esta Ação possui a dotação orçamentária aprovada no valor de R\$ 8.100.000,00, dos quais R\$ 4.735.000,00 foram destinados a esta unidade. O acompanhamento e controle dos custos associados a cada unidade ocorrem por meio dos Planos Internos cadastrados especificamente para cada Secretaria envolvida na gestão da ação.

Esta ação possibilita aos técnicos desta Secretaria acompanhar e atestar o cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB) e o desenvolvimento de atividades de P&D pelas empresas do setor de informática beneficiadas pelos incentivos previstos na Legislação, de acordo os objetivos da política nacional para o setor.

A implementação desta ação se dá por meio de inspeções técnicas, operacionais e análise de relatórios demonstrativos de cumprimento das atividades de P&D, bem como auditorias técnicas, realizadas pela equipe responsável na Secretaria de Política de Informática, voltadas para o exame “*in-loco*” das atividades de P&D executadas pelas empresas beneficiárias dos incentivos, pelas instituições de ensino e pesquisa credenciadas pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI) e pelas empresas incubadas nas incubadoras, também credenciadas pelo CATI.

Para esta ação não existem unidade de medida e meta física cadastradas, conforme procedimento adotado na concepção do PPA 2004/2007 e no Manual Técnico do Orçamento de 2008.

2.3.1.5.1.Principais gastos custeados com recursos da Gestão e Administração do Programa

A seguir estão relacionados às despesas originadas durante o exercício de 2008, com destaque para as mais relevantes. Em complemento as informações descritas, seguem os relatórios analíticos por Ação Orçamentária, bem como demonstrativo geral de diárias e passagens.

UG Executora: 240101 - Coordenação Geral de Recursos Logísticos

Elemento de Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
Contratação por Tempo Determinado	364.295,00	364.295,00	364.295,00
Diárias - Civil	130.495,91	130.495,91	130.495,91
Material de Consumo	2.730,50	2.730,50	2.730,50
Passagens e Despesas com Locomoção	422.888,95	422.888,95	422.888,95
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	33.149,56	33.149,56	33.149,56
Locação de Mão-de-Obra	1.193.159,71	1.193.159,71	1.193.159,71
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	411.405,43	411.405,43	400.946,43
Indenizações e Restituições	27.584,55	27.584,55	27.584,55
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.204,95	1.204,95	1.204,95
Equipamentos e Material Permanente	53.104,20	53.104,20	53.104,20
TOTAL	2.640.018,76	2.640.018,76	2.629.559,76

Contratação por Tempo Determinado = R\$ 364.295,00

Devido ao reduzido quadro de servidores deste Ministério lotados nesta Secretaria, fez-se necessária a contratação de servidores temporários para atender às demandas de cunho técnico e operacional desta unidade. Os servidores foram contratados, com base na Lei n.º 8.745, de 09 de dezembro de 1993 e executam as atividades estabelecidas no Edital ESAF nº 30, de 28/08/2003. Para pagamento da contratação temporária desta unidade foram empenhados e pagos R\$ 364.295,00 durante o exercício de 2008.

Diárias – Civil = R\$ 130.495,91

Passagens e Despesas com Locomoção = R\$ 422.888,95

Subtotal = R\$ 553.384,86

Os gastos informados compreendem a gestão da Lei de Informática, em particular a fiscalização das empresas e instituições beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática, as atividades decorrentes da implementação das ações de política nos segmentos de software e microeletrônica, bem como as representações político-institucionais da Secretaria.

Locação de Mão-de-Obra = R\$ 1.193.159,71

Prestação de serviços de apoio administrativo para atender as demandas desta Secretaria durante o exercício de 2008, conforme Contrato Nº 029/2006 Processo de Origem 2006PR00021 celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e a empresa ZL Ambiental Ltda. Valor pago: R\$ 1.110.805,55.

Prestação de serviços de apoio operacional para atender as demandas desta Secretaria durante o exercício de 2008, conforme Contrato Nº 028/2006 Processo de Origem 2006PR00021 celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e a empresa ZL Ambiental Ltda. Valor pago: R\$ 24.620,00.

Prestação de serviços de apoio operacional para atender as demandas desta Secretaria durante o exercício de 2008, conforme Contrato Nº 032/2008 Processo de Origem 2008DI00138 celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e a empresa Visual - Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração Ltda. Valor pago: R\$ 57.734,08.

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica = R\$ 411.405,43

Serviços de transporte de pessoas e pequenas cargas, para atender as necessidades do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; despesas com transporte de pessoas, pequenas cargas e produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Descentralização de Recursos Orçamentários

Nome Favorecido	Empenhado	Liquidado	Pago
UG Executora: 201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - MPOG	122.043,98	122.043,98	122.043,98
UG Executora: 154019 - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico CDT/UnB	70.000,00	47.800,52	47.800,52
UG Executora: 153163 - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Valor transferido R\$ 40.000,00)*	0	0	0
UG Executora: 153165 - Universidade Federal Rural de Pernambuco	308.248,80	126.493,39	90.220,20

TOTAL	500.292,78	296.337,89	260.064,70
--------------	-------------------	-------------------	-------------------

* Os recursos transferidos à UFSC não foram empenhados, em razão de ter sido emitido um parecer de sua Consultoria Jurídica, que reprovou a realização da licitação prevista.

2.3.1.6.PROGRAMAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

2.3.2.Programas Prioritários em Informática

Em novembro de 1994 a Portaria MCT nº 200, estabeleceu que três programas sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq passavam a ser considerados prioritários para os fins de dispêndios de pesquisa e desenvolvimento previstos no Art. 14, §1º, alínea "i" do Decreto nº 792, de 02 de abril de 1993, que regulamentou a Lei nº 8.248/1991.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, criado pelo art. 21 do Decreto 3.800/01 e mantido pelo art. 30 do Decreto 5.906/06, ratificou em sua primeira Resolução de 06 de março de 2002 os programas acima referenciados que estavam sob a coordenação do CNPq, conforme a seguir:

- Programa para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – SOFTEX
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP
- Programa Temático Multiinstitucional em Ciência da Computação - ProTeM-CC

O programa SOFTEX inicialmente era denominado Programa Nacional de Software para Exportação - SOFTEX 2000.

Ainda em 2002, foram emitidas as Resoluções [CATI nº 55, de 04 de setembro](#) e [CATI nº 108, de 06 de dezembro](#), considerando prioritários mais dois programas, em execução sob a coordenação do CNPq e do MCT/SEPIN, respectivamente, a saber:

- Programa Rede de Desenvolvimento de Competências em Tecnologias da Informação e Comunicação - RDC-TIC [revogado pela Resolução CATI nº 10 de 06 de abril de 2005];
- Programa Nacional de Microeletrônica – PNM Design.

Na Portaria nº 051, de 12 de fevereiro de 2003, o MCT definiu as regras para que as empresas beneficiárias dos incentivos fiscais da Lei de Informática participassem dos programas considerados prioritários pelo CATI, através de convênio específico para esta finalidade, do qual participavam as seguintes instituições, como gestoras dos programas:

- Sociedade SOFTEX, CNPJ nº 01.679.152/0001-25, entidade reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP em 22 de maio de 2001;
- Associação RNP, CNPJ nº 03.508.097/0001-36, entidade reconhecida como Organização Social - OS, qualificada em 09 de janeiro de 2002;

•Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, CNPJ nº 33.654.831/0001-36;

Em 2006, foi emitida a Resolução CATI nº 13, de 19 de setembro de 2006, que considera prioritário o Programa Hardware BR.

A Resolução CATI nº 14, de 07 de novembro de 2006, designou a Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação – FacTI, como gestora do Programa C I- Brasil, integrante do Programa Nacional de Microeletrônica - PNM Design. A Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação – FacTI, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e entidade reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP em 07 de julho de 2004 e inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, CNPJ nº 02.939.127/0001-04.

2.3.2.1.Aporte de recursos nos Programas Prioritários

A Portaria MCT nº 178, de 23.03.2007, regulou e simplificou os procedimentos a serem seguidos pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata a Lei nº 8.248/91 (alterada pelas Leis nº 10.176/01 e 11.077/04), interessadas em participar de programas e projetos considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

Cabe esclarecer que não há obrigatoriedade por parte das empresas de aporte de recursos financeiros ou materiais nos PPI. As empresas que eventualmente venham a optar por investimentos nos PPI o fazem espontaneamente. Os recursos aportados são destinados a projetos de P&D enquadráveis nos PPI e são realizados de acordo com o disposto na Lei 8.248 de 1991 e no Decreto nº 5.906, de 2006.

As empresas podem indicar os programas prioritários de informática para os quais desejam aportar recursos financeiros. Quando o aporte é de recursos materiais, é condição necessária a aprovação prévia pela SEPIN quando são então analisados os projetos nos termos de referência de cada PPI, as instituições envolvidas, as características dos recursos materiais, os valores envolvidos e a adequação dos equipamentos às necessidades dos projetos. Posteriormente, a SEPIN recebe da instituição a comprovação das atividades realizadas, conforme prevê o art. 3º da Portaria MCT nº 178, de 2007.

2.3.2.2.Programa Prioritário Softex

Projeto	Melhoria de Processo de software Brasileiro – MPS.BR
Descrição	O objetivo do projeto MPS.BR é disseminar melhores práticas de engenharia de software entre as empresas brasileiras do setor de modo permitir que aprimorem seus processos de desenvolvimento. Esse projeto foi criado em dezembro de 2003 com duas metas iniciais: 1.1 - Criação e aprimoramento do Modelo de Referência (MR-MPS), do Método de Avaliação (MA-MPS) e do Modelo de Negócio (MN-MPS), em que eram esperados cinco resultados: i) documentação do modelo em guias específicos (Guia Geral, Guia de Avaliação e Guia de Aquisição, dentre outros); ii) capacitação de

	pessoas por meio de cursos, provas e workshops MPS.BR; iii) credenciamento de instituições implementadoras (II); iv) credenciamento de instituições avaliadoras (IA); v) certificação de consultores de aquisição (CA); 1.2 - Implementação e avaliação do Modelo MPS em organizações, públicas e privadas em todas as regiões do país, em que são esperados quatro resultados: i) criação de grupos de pequenas e médias empresas (PMEs) de software por instituições organizadoras de grupos de empresas (IOGE); ii) implementação do MR-MPS em 80 empresas até 2006, seguida de mais 120 empresas até 2008; iii) avaliação MA-MPS em pelo menos 50% das empresas que implementarem o modelo; iv) aceitação do Modelo MPS pelo mercado brasileiro, público e privado, em condições similares às de modelos equivalentes como o CMMI.
Resultados	• Foi implantado um modelo de negócio que levou em consideração a realidade das pequenas, médias e micro empresas do setor para realizar as respectivas implementações e avaliações; • O monitoramento se dá, semestralmente, em reuniões do Conselho de Gestão do Projeto - CGP. Mensalmente, a Unidade de Execução realiza Reuniões de Acompanhamento do Projeto - RAP. O Projeto conta ainda com duas estruturas de apoio para o desenvolvimento de suas atividades: o Fórum de Credenciamento e Controle - FCC e a Equipe Técnica do Modelo – ETM; • Foram realizadas as reuniões previstas e foi criada a logomarca MPS.BR e o registro das marcas MPS.BR, MR-MPS, MA-MPS, MN-MPS e i-MPS; • Existem hoje quatro guias: o Guia Geral, o Guia de Implementação, o Guia de Avaliação e o Guia de Aquisição. Os guias Geral e de Aquisição já estão em sua segunda versão enquanto que os Guias de Avaliação e de Implementação ainda estão na primeira versão; As próximas versões dos guias estão previstas para Novembro de 2010, embora possam ser antecipadas em função da publicação da nova versão da norma ISO/IEC12207; • Foram realizados cursos em todas as regiões do País. No período a que se refere o relatório, foram treinadas 507 pessoas, totalizando, desde 2004, 2.794. O maior número de pessoas treinadas foi no curso de introdução e em seguida no de implementação; • Três empresas foram credenciadas como Instituições Avaliadoras; • A principal ferramenta de software para a gestão do MPS.BR é o Portal SOFTEX (www.softex.br/mpsbr), onde é mantida toda documentação relativa ao projeto e são registradas todas as atividades realizadas ou a realizar. No momento, estão implementando um ambiente para aprimorar o controle das avaliações, avaliadores, instituições avaliadoras, implementadores, instituições implementadoras e grupos de empresas. Está em fase de contratação o desenvolvimento de um repositório MPS.BR, que registrará resultados de desempenho de organizações que adotaram o Modelo MPS.BR; • Levantamento de lições aprendidas com a implementação e avaliação do Modelo MPS.BR em empresas (gestão do conhecimento na comunidade de prática do modelo);

	• As lições aprendidas com a implementação do modelo estão publicadas em quatro edições da revista Pró-Qualiti. A ferramenta que é utilizada para gestão do MPS.BR inclui aspectos de Gestão do Conhecimento para permitir análise das lições aprendidas. Também será iniciada a coleta de resultados de desempenho de organizações que adotaram o Modelo MPS.BR; • Implementação do MR-MPS em 80 empresas, das quais 40 serão avaliadas; • Existem hoje nove Instituições Organizadoras de Grupos de Empresas (IOGE) para implementação do modelo. Essas nove instituições já organizaram vários grupos que compreenderam 100 empresas. No período referente ao relatório foram avaliadas duas empresas. O total de empresas avaliadas até a presente data é 87;
Recursos Financeiros	Os recursos aprovados para a execução do projeto são no valor de R\$ 2.323.776,00 solicitados ao MCT. Recursos não orçamentários.

Projeto	Sistema de Informação da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI – SIBSS
Descrição	Os objetivos do projeto são: (1) conceber e implantar um sistema de informação da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI - IBSS; (2) produzir uma publicação que contenha análises sobre dados da IBSS, baseadas em capítulos temáticos e (3) instalar e manter um sítio na Internet com tais informações.
Resultados	• Desenvolvimento de metodologia para elaboração de pesquisa eletrônica; • Realização de pesquisa de campo junto a empresas associadas aos agentes SOFTEX e entidades do setor; • Especificação do site e da publicação do SIBSS-SOFTEX; • Finalização do processo de coleta de dados (IBGE, RAIS, INEP, etc.) e início do processo de validação e análise de dados; • Realização do Painel IBGE para validação dos dados, ocorrido em maio de 2008; • Desenvolvimento de metodologia para estudos de áreas de aplicação específicas. (TV Digital, Agronegócio, E-government); • Início de desenvolvimento de ferramenta computacional para análise/avaliação do setor de software.
Recursos Financeiros	A execução do projeto requer R\$ 1.638.210,00 que foi integralmente solicitado ao MCT. Recursos não orçamentários.

Projeto	Dinamização da Indústria Brasileira de Software e Serviços de Tecnologia da Informação.
Descrição	O projeto destina-se a execução de ações realizadas no âmbito do Programa SOFTEX, que levam à potencialização e à consolidação do setor de software e serviços de tecnologia da informação – TI no Brasil, de forma a ampliar o desenvolvimento das empresas que o compõem, aumentar o faturamento agregado e os empregos gerados, e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País, na

	medida em que agrega ao tecido produtivo brasileiro um instrumento de incremento da competitividade e produtividade, que é a TI.
Resultados	As metas do projeto estão focadas nas áreas de: a) Exportação, b) Qualidade de Software, c) Inclusão Digital Empresarial, d) Capacitação, e) Sistema de Informações e Regionalização: • O projeto Setorial Integrado para Exportação de Software e Serviços Correlatos Brasileiros – PSI-SW reuniu 103 empresas brasileiras de software e serviços de TI, de pequeno, médio e grande porte, localizadas em 13 estados da Federação com o objetivo de gerar oportunidades de negócios e reforçar a imagem do Brasil como provedor global de soluções e serviços de TI. • Foram realizados 18 eventos de promoção comercial, média de três eventos fora do País a cada mês, cinco estudos de mercado em desenvolvimento, 12 apresentações em diferentes cidades brasileiras a fim de divulgar as oportunidades de participação às empresas brasileiras. A execução financeira do período alcançou R\$ 2,2 milhões de recursos da APEX e R\$ 2,6 milhões de recursos das empresas, o que resultou em um volume de R\$ 34,7 milhões em exportações. • Após a seleção das propostas apresentadas em resposta ao edital publicado pela Softex, foi contratada a elaboração de Plano de Negócios visando a estruturação de IT traders para as áreas de Telecom, Saúde e Finanças. No caso de Saúde, o plano de IT trader resultou na montagem de uma empresa no México no 1º semestre de 2008. Esta empresa é de propriedade de quatro empresas participantes do Portfólio de Soluções Verticais – PSV Saúde. • Foi realizado o aperfeiçoamento do modelo de melhoria do processo de software MPS.BR, constatados pelas seguintes evidências: 1) revisão e publicação de novas versões dos documentos de referência do modelo (Guia Geral 1.2; Guia de Aquisição 1.2; Guia de Implementação 1.2, composto de sete partes e Guia de Avaliação 1.1) e 2) diagnóstico do esforço para publicar a versão 2.0 dos Guias do MPS.BR em conformidade com as Normas Internacionais ISO/IEC 15504-2:2003 – <i>Process Assessment – Performing na Assessment</i> e a nova ISO/IEC 12207:2008 – <i>Software Life Cycle Process</i>. • No primeiro semestre de 2008, constatou-se que o MPS.BR foi implementado em 180 organizações privadas e governamentais, dessas cerca de 145 no modelo cooperado. Até julho de 2008, havia 103 organizações com a avaliação MPS.BR publicada; Para aferição dos benefícios com a prática do MPS.BR pelas empresas, foi desenvolvida uma metodologia de avaliação denominada “iMPS”. A aplicação dessa pesquisa e o uso da ferramenta a obtenção de dados sobre os resultados de desempenho das organizações que adotaram o modelo MPS, em categoria tais como: custo, prazo, qualidade, satisfação do cliente, ROI e satisfação com o modelo MPS. • No primeiro semestre de 2008 foram capacitados 226 especialistas em qualidade de software, perfazendo um total de 3.025 profissionais capacitados no País. • Foi iniciado um novo projeto denominado ‘LAC-SW Model’, sob a coordenação do BID, que conta com o envolvimento do Brasil, Colômbia, México, Peru e Uruguai. O projeto tem como objetivo ampliar a competitividade da indústria de software na América

	Latina e Caribe e adotou o MPS.BR com um dos modelos escolhidos para dar suporte a tal fim. • Análise e escolha de seis setores econômicos para ação do projeto. Concluído em fevereiro de 2009; Pesquisa das principais características de cada setor selecionado quanto ao uso de informática. Concluída em abril de 2008; Preparação de termo de referência para contratação de metodologia de elaboração de PDTI para as MPE. • Foi estabelecido acordo operacional com o SEBRAE para que os consultores que viessem a atuar no PROIMPE - Programa de Estímulo ao Uso de Tecnologias da Informação em Micro e Pequenas Empresas, fossem obtidos do cadastro do SEBRAE. • Foi realizado acordo de integração com a ASSESPRO no intuito de sensibilizar as MPE a participarem do processo de inclusão digital. • Foi preparado um Termo de Referência para o desenvolvimento dessa atividade, cuja contratação e realização das atividades estão previstas para o segundo semestre de 2008. • Foram realizadas reuniões do Comitê Gestor para acompanhamento do projeto piloto Forsoft/Brasscom. Apesar de o projeto ter iniciado com 1.350 alunos, observou-se uma elevada taxa de evasão. O projeto tem sua conclusão prevista para o segundo semestre de 2008. • Foi publicada a Chamada SOFTEX/FRH/Nº 002/2008 em 01/02/2008, com prazo para recebimento de projetos até 15/03/2008. Foi constituído um comitê de avaliação dos nove projetos apresentados por agentes Softex em parceria com outras entidades. Houve a publicação da Chamada para a contratação da auditoria independente. Os projetos recomendados para contratação prevêem a formação de aproximadamente 1.500 alunos. • Análise de dados coletados em 2007 sobre o setor de software e serviços de informática, com publicação prevista para 2009; validação e consistência de dados a serem incluídos no site do SIBSS-SOFTEX, com publicação prevista para 2009; construção de layout para o site SIBSS-SOFTEX; aprimoramento de metodologias para captura e análise de dados sobre o setor; construção de modelo para avaliação do déficit de profissionais envolvidos em atividades de software e serviços de informática; realização de pesquisa junto às instituições filiadas a SOFTEX; realização do primeiro painel IBGE-SOFTEX para a discussão da análise gerada, pela equipe SIBSS, a partir de tabulações especiais de pesquisas do IBGE, sobre o setor de software e serviços de informática; realização de painéis com especialistas para aprimoramento de estudos em áreas de aplicação pré-selecionadas, tais como: agronegócios, TV digital e automação financeira. • Inclusão de cláusula para atender requisitos de regionalização no âmbito da chamada SOFTEX/FRH/Nº 002/2008, que resultará na contratação de projetos, prevista para o segundo semestre de 2008, nas regiões e cidades priorizadas.
Recursos Financeiros	O valor total do projeto é de R\$ 5.344.269,14 (cinco milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos), dos quais R\$ 1.707.869,14 (um milhão, setecentos e sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quatorze

centavos) solicitados ao MCT e R\$ 3.636.400,00 (três milhões, seiscientos e trinta e seis mil e quatrocentos reais) a serem integralizados como contrapartida da Sociedade Softex.
Recursos não orçamentários.

Projeto	2º Projeto Piloto de Capacitação de Recursos Humanos para a Indústria Nacional de Software
Descrição	Em dezembro de 2007 foi aprovado o projeto “2º Projeto Piloto de Capacitação de Recursos Humanos para a Indústria Nacional de Software”, cujo objetivo é executar projeto Piloto de capacitação de recursos humanos, com vistas a subsidiar futuras ações do MCT, na forma de Chamada dirigida aos Agentes SOFTEX, conforme aprovado na 33ª reunião ordinária do CATI realizada em 22/08/07. OBJETIVOS ESPECÍFICOS - Realizar oito projetos pilotos, em diferentes regiões do país, visando à participação dos Agentes SOFTEX e das empresas e entidades regionais associadas a tais agentes, relativos à formação e capacitação de RH para o setor de software e serviços de TI que subsidiem ações específicas do Governo.
Resultados	• Em 01/02/2008 foi publicada a chamada FRH/002-08 convidando os agentes Softex, em parceria com outras entidades do setor, a apresentar projetos-piloto para formação de recursos humanos em TICs. A partir de critérios que incluíram a consistência entre o plano de capacitação e as demandas de RH da região, indicadores de desempenho e experiência em atividades de capacitação, a seleção foi feita por um Comitê de Avaliação composto por representantes do CENPRA, SBC, RNP, Sepin e da própria Softex. Os resultados foram divulgados em reunião do comitê em 19/06/2008, recomendando a contratação dos projetos dos Agentes das cidades de Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Florianópolis (alguns destes projetos ofereceram atividades de capacitação também em outras cidades). • Partiu-se então para a contratação de uma auditoria independente encarregada de monitorar a execução de cada projeto, assim como para a composição de um Comitê de Acompanhamento que trimestralmente avaliará a evolução dos trabalhos. O comitê conta com representantes da SOFTEX, da SEPIN, da Assespro Nacional e por um membro de um dos Agentes SOFTEX, o TecVitória (que não está executando e nem participa de nenhum dos projetos selecionados). • A primeira reunião do Comitê Gestor aconteceu em 25/07/2008, também com a presença de representantes de cada um dos agentes contemplados, marcando o início efetivo da execução de cada projeto. Até que os projetos sejam concluídos terá sido feito um repasse de aproximadamente R\$ 1,4 milhão para os oito projetos aprovados, sendo prevista uma complementação com contrapartidas da ordem de pouco mais de R\$ 2 milhões. • A oferta de cursos se mostrou bastante diversificada, sendo diferente em cada localidade. As aulas vão de programação em

	Java, .Net e Cobol, até treinamentos avançados em Qualidade e Melhoria do Processo de Desenvolvimento de Software. A previsão é formar cerca de 1500 pessoas, aumentando a quantidade e a qualidade dos profissionais disponíveis para desenvolvimento de software. • O Comitê Gestor voltou a se reunir em 29/10/2008, quando constatou que 4 projetos não haviam ainda iniciado as atividades de capacitação previstas (por motivos diversos), mas que já haviam equacionado a maior parte das barreiras encontradas e que gostariam de continuar executando seus respectivos projetos. Recomendou-se então que os ajustes nos cronogramas físico-financeiros de cada projeto fossem formalmente submetidos ao comitê.
Recursos Financeiros	Para a execução do projeto foram aprovados R\$ 4.288.000,00 (quatro milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais), dos quais R\$ 2.288.000,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais) solicitados ao MCT e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a serem integralizados como contrapartida do proponente, que será realizada mediante participação das Instituições de ensino técnico e superior, públicas e privadas, empresas e indústrias do setor de Software e Serviços Correlatos. Recursos não orçamentários.

Projeto	Projeto Piloto 1 do Programa Formação de Capital Humano – FCHS
Descrição	No âmbito do Programa de Formação de Capital Humano em Software – FCHS, desenvolvido para o Ministério da Ciência e Tecnologia, sob a coordenação e supervisão da Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro – SOFTEX, esta Secretaria aprovou o primeiro Projeto Piloto do Programa FCHS, em execução pela Associação Brasileira das Empresas de Software e Serviços para Exportação – BRASSCOM. O projeto visa formar programadores de computador em nível técnico, recrutados em comunidades carentes, para cursar gratuitamente um curso complementar ao segundo grau, que os permitirá ter colocação no mercado de trabalho formal, com salário compatível e atraente para uma faixa de jovens que hoje tem grande dificuldade de emprego. O objetivo principal é estabelecer uma experiência piloto cuja intenção é ampliar o número de profissionais capacitados em programação de computadores a fim de disponibilizar para a indústria de software mão de obra qualificada, com expectativas salariais a custos viáveis, através da inclusão digital de jovens oriundos de comunidades carentes. A governança do projeto é exercida em conjunto pela SOFTEX e BRASSCOM, por meio de um Comitê Gestor.
Recursos Financeiros	Os recursos aprovados para a execução do projeto são de R\$ 4.038.340,00. Recursos não orçamentários.

Resultados	Unidade	Previsto	Realizado	Percentual	Status
Planejamento e execução da captação de candidatos	inscritos	1.500	3.137	209,1%	concluído
Seleção dos alunos e formação das turmas	aprovados na seleção	1.000	1.679	167,9%	concluído

Matrículas realizadas	numero de alunos	1.000	1.474	147,4%	concluído
Alunos cursando as aulas em 31.12.2008	numero de alunos	1.000	400	40%	concluído
Turmas existentes	numero de turmas	20	27	135,0%	concluído
Recrutamento e seleção dos alunos	-			100%	concluído
Suporte Operacional	Formar equipe para suporte operacional			100%	concluído
Logística Operacional	Viagens para abertura e inspeção das turmas.			100%	concluído
Apoio à seleção de alunos	Preparação das avaliações on-line e suporte ao processo de aplicação dos testes.			100%	concluído
Desenvolvimento de material didático impresso.	Material disponível e material em elaboração.			100%	concluído
Definição do cronograma de avaliações e atividades	-			100%	concluído
Desenvolvimento de conteúdos de ensino à distância e ambiente virtual	1ª etapa - módulos 1 e 2 concluídos (material didático virtual).			100%	concluído
Infra-Estrutura e plataforma	Disponibilizar acesso a todos os alunos e professores. Há necessidade de melhorias e adequações na infra-estrutura de algumas ONGs.			100%	inicialmente concluído, mas sujeito a melhorias
Gerenciamento do Projeto Acadêmico	Composição da equipe: Professor e coordenador.			100%	concluído
Acompanhamento do programa de formação	1 monitor por turma, 1 professor para cada 5 turmas e 1 coordenador para o projeto			100%	concluído
Registro Acadêmico	Montar equipe de secretaria para suporte.			100%	concluído
Tutorial à distância	Acompanhamento das turmas: 1 professor-tutor à distância para cada 4 turmas secundado por um monitor por turma.			100%	concluído
Aplicação das Avaliações	Atividades à distância e avaliações: realizadas presencialmente e assinadas pelos alunos com a fiscalização do monitor.			100%	concluído

2.3.2.3. Programa Prioritário RNP

Projeto	Centro de Referência de Inclusão Digital da Biblioteca Nacional de Brasília – CRID-BNB.
Descrição	O Projeto CRID-BNB visa implantar um “Centro de Referência em Inclusão Digital na Biblioteca Nacional de Brasília que, por meio de suas ações e serviços oferecidos aos cidadãos, caracterize a biblioteca como um espaço efetivo de disseminação de conhecimento, difusão cultural, científica e tecnológica para toda a sociedade brasileira”. Como projeto de P&D para ações e serviços da BNB em inclusão digital, o projeto integra três linhas de pesquisa: (1) a biblioteca pública para a inclusão digital e para a capacitação social para a Alfabetização Informacional; (2) o mapeamento de dados sobre a inclusão digital no Brasil; e (3) a construção da “Coleção Brasileira e Brazilianista”.

	O Projeto está proposto no contexto do projeto “e-Conhecimento”, do MCT, no qual o IBICT desenvolve as ações associadas à geração, armazenamento e utilização da informação para a cultura, educação, ciência e tecnologia.
Resultados	Conforme previsto no cronograma de execução, os resultados do projeto serão apresentados no exercício de 2009.
Recursos Financeiros	A execução do projeto requer R\$ 3.854.496,00 que foi integralmente solicitado ao MCT. Dos recursos aprovados R\$ 2.000.000,00, foram repassados à instituição executora, a 2ª parcela no valor de R\$ 1.854.496,00, deverá ser liberada após a entrega e aprovação do Relatório de Prestação de Contas Parcial de execução físico-financeira. Recursos não orçamentários.

2.3.2.4. Programa Prioritário PNM – Programa Nacional de Microeletrônica

Projeto	Programa Nacional de Microeletrônica- PNM-Design
Descrição	O Programa Nacional de Microeletrônica PNM-Design visa: (i) incentivar o projeto e desenvolvimento de circuitos integrados, utilizando circuitos programáveis (FPGA - <i>Field-Programmable Gate Array</i> ou <i>Programmable Logic Device</i> - PLD) ou dedicados (ASIC – <i>Application Specific Integrated Circuits</i>); (ii) formar e Capacitar Recursos Humanos – pós-graduados em microeletrônica (processo de fabricação e projeto de circuitos integrados) e projetistas de circuitos integrados e (iii) fomentar a realização de pesquisa e desenvolvimento na área de microeletrônica. Para a realização destes objetivos foram mobilizados recursos dos Programas Prioritários e também dos Fundos Setoriais do MCT. A principal ação desenvolvida concentra-se na destinação de recursos para a infra-estrutura dos centros de projeto de circuitos integrados criados nos anos anteriores – bolsas para projetistas, equipamentos, licenças de ferramentas de projeto e treinamento/capacitação de recursos humanos.
Resultados	- Formação e capacitação de projetistas de CIs: ▪ 162 projetistas formados em 2 Centros de Treinamento ▪ 30 projetistas com treinamento em empresas ▪ 12 projetistas formados em estágio no exterior ▪ 177 bolsas de pós-graduação em andamento (CNPq). - Projetos de circuitos integrados realizados pelas instituições do Programa CI-Brasil: ▪ 165 projetistas atuando nos 7 centros ▪ 20 projetos concluídos e 19 projetos em andamento
Recursos Financeiros	Para a execução do Projeto foram aportados para as instituições mencionadas R\$ 2.337.108,00 dos PPI, solicitados ao MCT durante o ano de 2008. Recursos não orçamentários.

2.3.3. Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software – PBQP-SW

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software - PBQP Software procura estimular a adoção de normas, métodos, técnicas e ferramentas da qualidade e da Engenharia de Software, promovendo a melhoria da qualidade dos processos, produtos e serviços de software brasileiros, de modo a tornar as empresas mais capacitadas a competir em um mercado globalizado.

Especificamente, busca-se a melhoria contínua do grau de satisfação dos seus clientes, da qualidade de vida no trabalho e no País, e da lucratividade e competitividade das empresas brasileiras de software.

Atividades do ciclo 2008

- WQPS 2008 - 14 e 15 de maio de 2008
- O WQPS acontece habitualmente em Brasília/DF, no início de cada ano. É um evento restrito ao Grupo de Avaliadores de Projetos, composto por trinta membros. Neste evento é realizada a etapa final da avaliação dos projetos concluídos no ano anterior e a seleção dos projetos submetidos para execução no ano em curso. Na ocasião, são selecionados os três melhores projetos do Ciclo do ano anterior para serem agraciados com o Prêmio Dorgival Brandão Júnior da Qualidade e Produtividade em Software
- EQPS Florianópolis - 02 de junho de 2008
- O EQPS (Encontro da Qualidade e Produtividade em Software) é um evento periódico para divulgação e acompanhamento da execução dos projetos do ciclo corrente, por meio de apresentações a cargo das respectivas entidades coordenadoras. Além da apresentação de projetos do ciclo corrente, a cada EQPS são realizadas apresentações dos projetos vencedores do ciclo anterior e de pelo menos uma palestra convidada. A cada ciclo são programados cerca de quatro Encontros, distribuídos geograficamente pelo Brasil, procurando-se contemplar o conjunto de projetos submetidos na região do Encontro
- Com a realização do EQPS Florianópolis, o Ministério da Ciência e Tecnologia com a coordenação da Secretaria de Política de Informática deu prosseguimento ao Ciclo 2008 do PBQP Software, iniciado com a etapa de submissão que efetivou a seleção de 49 projetos dentre os 52 apresentados, totalizando 1087 projetos aceitos desde seu primeiro ciclo operacionalizado em 1994.
- Neste encontro foram apresentados doze projetos submetidos por entidades localizadas nas Regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste. (147 participantes)
- Livro PBQP Software - agosto/2008
- Lançamento do livro Tecnologia da Informação: Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software - 5ª edição, revista e ampliada.
- EQPS Belo Horizonte - 25 e 26 de setembro de 2008
- Neste encontro foram apresentados treze projetos submetidos por entidades localizadas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. (101 participantes)
- EQPS Belém - 20 e 21 de novembro de 2008
- Neste encontro foram apresentados dezesseis projetos submetidos por entidades localizadas nas Regiões Norte, Nordeste, e Centro-Oeste. (168 participantes)
- Livro Legislação - dezembro/2008
- Lançamento do livro Tecnologia da Informação: Legislação Brasileira - 6ª edição, revista e ampliada.

2.3.4.Inclusão Digital

O Programa de Inclusão Digital foi instituído pela Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005, e regulamentado pelo Decreto n.º 5.602 de 06 de dezembro de 2005.

Na criação do programa foi instituído um benefício que foi a redução a zero da alíquota da PIS/COFINS para todos os computadores de mesa que custassem até R\$ 2.000,00 e todos os computadores portáteis que custassem até R\$ 3.000,00, independente de suas origens quer sejam de produção nacional quer sejam importados. Essa medida foi revista em 2007, com o Plano de Aceleração do Crescimento, aumentado o valor de comercialização desses dois produtos para R\$ 4.000,00. Essa revisão deu-se por intermédio do Decreto nº 6.023 de 22.01.2007.

2.3.4.1. Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos

O Decreto n.º 5.542 de 20 de setembro de 2005 “Institui o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, no âmbito do Programa de Inclusão Digital. O objetivo do Projeto é promover a inclusão digital mediante a aquisição em condições facilitadas de soluções de informática constituídas de computadores, programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnicas necessários ao seu funcionamento, observadas as definições, especificações e características técnicas mínimas estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.” Essa medida atribuiu a responsabilidade ao MCT/SEPIN sobre as especificações técnicas e o credenciamento das soluções informatizadas destinadas ao projeto.

O MCT regulamentou o Decreto nº 5.542/2005 por intermédio das Portarias n.º 624, de 04.10.2005, que estabelece as questões de natureza técnica do projeto e a Portaria n.º 625, de 04.10.2005, que estabelece o pleito de credenciamento de soluções de informática para fins de inclusão no Projeto. A Portaria n.º 724, de 22.11.2005, que regulamenta o mecanismo de identificação das soluções de informática e dos produtos que integram a solução de informática.

No ano de 2008 o projeto foi mantido em operação tendo sido credenciadas 15 novas empresas, por meio de portaria ministerial.

Todo o processo de discussão do projeto e as revisões realizadas tiveram uma participação efetiva da SEPIN que foi a responsável pela regulamentação dos decretos no que se referia às questões de natureza técnica do projeto.

2.3.4.1.1. Resultados

- Decorrentes do conjunto de medidas tomadas para o Programa de Inclusão Digital do Governo Federal associadas aos benefícios fiscais concedidos pela Lei 8.248/91 os resultados apresentados neste segmento foram expressivos conforme os dados a seguir.
- Pesquisa contratada pela ABINEE, para avaliar o comportamento do mercado após aplicação das medidas do Governo, demonstra o crescimento significativo do mercado de microcomputadores ao longo dos anos dos últimos quatro anos após a regulamentação acima citada. No ano, de 2005 o número de equipamentos

passa de 5,3 milhões de equipamentos para 12 milhões de unidades em 2008, representando um crescimento de 140%. Esta expansão permitiu que o Brasil esteja posicionado entre os cinco maiores mercados mundiais de microinformática, tornando-se um mercado atrativo para novos investimentos de produção.

- Estas medidas continuam impactando o mercado cinza permanecendo no ano de 2008 em 30% do mercado total, patamar próximo aos de países desenvolvidos.
- O mercado de portáteis permanece com tendência de crescimento apresentando em 2008 expansão de 140% e representando 50% do mercado de microinformática.

2.3.4.2. Projeto Um Computador por Aluno – UCA

O projeto Um Computador por Aluno – UCA, do Governo Federal, tem como objetivo, promover o uso intensivo e inovador de tecnologia da informação e comunicações na melhoria da qualidade da educação.

Embora o seu foco seja a educação, esse projeto, pelo tamanho de público a ser atingido, exige a abertura de uma série de frentes de trabalho para o seu desenvolvimento e implantação.

Esse projeto teve início em Davos, Suíça, no mês de janeiro de 2005, quando o Laboratório de Mídias do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MediaLab/MIT) anunciou, oficialmente, durante o Fórum Econômico Mundial, o início de uma nova linha de pesquisa para o desenvolvimento de um computador portátil de US\$ 100. De modo a atingir esse objetivo, foi criada uma associação sem fins lucrativos, independente do MIT, denominada OLPC (sigla de “One Laptop per Child”), ou “Um Computador por Criança” e que, no Brasil, passou a chamar-se de projeto “Um Computador por Aluno”.

A meta do projeto da OLPC, conforme disponível no sítio oficial, é a de “fornecer às crianças de todo o mundo novas oportunidades de explorar, de experimentar e de se expressar.” Também é declarado que o objetivo principal do projeto é o de “desenvolver, produzir e distribuir computadores portáteis suficientemente baratos que permita que todas as crianças do mundo tenham acesso ao conhecimento e às modernas formas de educação.”

Inicialmente, seis empresas (AMD, Brightstar, Google, News Corporation, Nortel e Red Hat) contribuíram com US\$ 2 milhões, cada uma, de modo a financiar as atividades de desenvolvimento do OLPC.

Em julho de 2005, o governo brasileiro promoveu a primeira missão oficial de representantes da alta administração federal (MEC, MDIC, SERPRO) e de centros de pesquisa (LSI-TEC, CENPRA, CERTI) ao Media Lab/MIT cujo objetivo foi avaliar a situação de desenvolvimento do projeto, discutir as características da plataforma e verificar as possibilidades de fabricação nacional do produto.

Para atender a essa iniciativa, o MCT, por intermédio da SEPIN, contratou o Centro de Pesquisa Renato Archer (CenPRA), a Fundação CERTI (Centros de

Referência em Tecnologias Inovadoras) e o Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico (LSI-TEC/USP) – sob a coordenação da SEIPIN, para avaliar a proposta de uso de uma solução de informática voltada para a educação. Essa proposta foi apresentado pelo Senhor Nicolas Negroponte do Massachusetts Institute of Technology - MIT. Essa avaliação compreendeu a arquitetura de hardware e software do laptop proposto, a sua cadeia produtiva e a aplicabilidade no contexto da educação básica brasileira.

Após a conclusão desse trabalho deu-se início e realização de projetos piloto em cinco cidades: Brasília, São Paulo, Porto Alegre, Pirai e Palmas. Em cada uma dessas três cidades foi utilizado uma das soluções cujos fabricantes (XO da OLPC, ClassMate da Intel e Mobilis da ENCORE) demonstraram interesse em participar.

Diante da complexidade da implantação de soluções como essa e da diversidade de situações existentes nas escolas brasileiras além da distribuição geográfica, a Presidência da República e o MEC decidiram pela ampliação desse projeto piloto. Para isso ficou decidido que seria feito um pregão eletrônico para adquirir 150.000 novos equipamentos para atender 300 escolas em todos os estados da federação.

É importante destacar que ao longo de 2007 a SEPIN participou ativamente da elaboração do conjunto de requisitos do edital de compra desses equipamentos e também da definição das características técnicas finais do equipamento.

O pregão eletrônico teve início em 2007. No início de 2008 foi cancelado por decisão da Presidência da República uma vez que o preço da solução ficou em um patamar acima do estimado pelo MEC e a Presidência da República. Ao final de 2008 novo pregão eletrônico foi realizado e encontra-se em fase de conclusão.

2.3.5.Computador Portátil para Professores

O projeto Computador Portátil para Professores foi elaborado em continuidade ao projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos, sendo também parte integrante das demais iniciativas de qualificação da educação brasileira. O projeto é resultado da articulação entre o setor privado - indústria de computadores e bancos - e o setor público, por intermédio da Presidência da República, Ministério da Educação - MEC, da Ciência e Tecnologia – MCT, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, destinado aos professores em atividade do ensino básico, profissional e superior das instituições credenciadas junto ao MEC. O objetivo central do Programa é facilitar aos professores a aquisição de computadores portáteis.

Inicialmente, os procedimentos do programa serão testados em 64 cidades do país que fazem parte da Rede de Aprendizagem e obtiveram maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB com base no ano de 2007. Em seguida, o Programa será implantado em todas as capitais e posteriormente em todos os municípios.

Objetivo geral

Criar condições para facilitar a aquisição de computadores portáteis para professores da rede pública e privada da educação básica, profissional e superior, credenciadas junto ao Ministério da Educação - MEC, a baixo custo e condições diferenciadas de empréstimo.

O projeto pretende contribuir diretamente com outros projetos e programas do Governo Federal, como o projeto Um Computador por Aluno - UCA, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo, e o Programa Banda Larga nas Escolas que visam universalizar o uso de computadores e a conexão à internet nas escolas públicas até o final de 2010.

Objetivos Específicos

- Facilitar aquisição de computadores portáteis para professores com preço máximo de R\$ 1.000,00 (mil reais) à vista, com frete incluso e configuração básica de acordo com a portaria do Programa Cidadão Conectado – Computador para Todos;
- auxiliar na formação intelectual e pedagógica dos professores, a partir da interação com as novas tecnologias da informação e comunicação - TIC, através da facilitação do acesso ao computador portátil;
- aumentar os atuais patamares da inclusão digital e fomentar o desenvolvimento sustentável brasileiro;
- propiciar um ambiente favorável à inovação na área de educação, paralelamente ao desenvolvimento de futuras tecnologias na área pedagógica e social, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do ensino público brasileiro;

Em face da crise econômica internacional, com a forte apreciação do dólar em relação ao real e considerando que 90% do custo de insumos de produção neste segmento é importado, não houve condições para o setor produtivo manter o preço máximo em R\$ 1.000,00. Neste sentido, ações estão sendo analisadas e algumas já estão em fase de conclusão sendo a principal ação adotada adequar o preço máximo às condições de mercado elevando-o para R\$ 1.400,00.

Ao longo de 2008 a SEPIN participou ativamente da elaboração das normas do projeto e sua regulamentação, respectivamente o Decreto nº 6.504/2008 e as Portarias MCT nº 527 e nº 528.

2.3.6. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação - CTIC

Implementado na forma de uma unidade de coordenação de uma plataforma de P,D&I descentralizada, com foco no desenvolvimento de tecnologias digitais de informação e comunicação, criando redes multidisciplinares de instituições de P,D&I com competência na área. O Centro promove:

- A mobilização de grupos de P,D&I em torno de projetos de interesse do SBTVD, da rádio digital e de outros sistemas digitais de comunicação de massa, atendendo a demandas das indústrias do setor, em consonância com as prioridades estabelecidas nas políticas públicas;
- A formação e a capacitação de recursos humanos em áreas correlatas;

- Projetos de cooperação tecnológica com centros de P,D&I no exterior, em particular no Japão; e
- O desenvolvimento de soluções tecnológicas para a inclusão digital.

Na consecução deste projeto, serão utilizados recursos dos fundos setoriais coordenados pelo MCT e MC (FNDCT e FUNTTEL) e do BNDES. O Governo japonês também deverá apoiar as atividades do Centro. O Centro funciona como Unidade de Gestão da RNP.

2.4.DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores de desempenho operacional relacionados com as atividades realizadas no exercício.

Concessão de Benefícios Fiscais.

- a) – **Utilidade:** atividade prevista em Lei com a finalidade de fortalecer a capacitação e competitividade das empresas e a base tecnológica do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- b) – **Eficiência, eficácia e efetividade:**
 - b.1) – **Eficiência:** redução dos prazos de deliberação dos pleitos de concessão relativamente ao ano de 2007.
 - b.2) – **Eficácia:** as metas fixadas para 2008 foram alcançadas.
 - b.3) – **Efetividade:** Os pleitos de concessão, o reconhecimento de bens desenvolvidos no País, resultaram na implantação de novas indústrias, expansão do parque fabril e geração de empregos, em especial de nível superior.
- c) – **Fórmula de cálculo:** não se aplica.
- d) – **Método de aferição:** levantamento de dados.
- e) – **Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenador Geral de Tecnologia da Informação - CGTE.
- f) – **Resultado do indicador no exercício:** os resultados alcançados nos dois exercícios (2007 e 2008) mostra uma melhoria significativa na produtividade e em consequência na efetividade.
- g) – **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** há uma grande dificuldade em ampliar -- tanto o número de pleitos a serem analisados quanto a quantidade de empresas a serem fiscalizadas em cada exercício -- em função da reduzida força de trabalho. Ressaltamos que essas atividades são realizadas em conjunto com o MDIC/MF que são elementos importantes no desempenho operacional global. No âmbito do MCT, as atividades de análise de concessão e de fiscalização do processo produtivo são realizadas pela mesma equipe.

- h) - **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:**
- Implementação de sistema informatizado para suporte à análise de pleitos de concessão.
 - Elaboração de Concurso Público para o cargo de analista em ciência e tecnologia, para exercer atividades na SEPIN.
 - Estabelecimento de Instrução Normativa interna alterando os procedimentos operacionais dos pleitos de concessão de incentivos.
 - Aperfeiçoamento da metodologia nos trabalhos da Câmara Técnica Interministerial MCT/MDIC/MF, para análise conjunta dos pleitos de concessão de incentivos.

Acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.

- a) – **Utilidade:** atividade prevista em Lei com a finalidade de acompanhar e avaliar o cumprimento das obrigações concernentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas incentivadas.
- b) – **Eficiência, eficácia e efetividade:**
- b.1) – **Eficiência:** redução substancial do prazo de comunicação do resultado da análise dos relatórios demonstrativos - RD às empresas incentivadas.
- b.2) – **Eficácia:** as metas fixadas para 2008 foram alcançadas.
- b.3) – **Efetividade:** para alcançar o objetivo desejado – realizar a análise dos relatórios demonstrativos no mesmo ano de sua coleta – necessita-se dispor de quadro mínimo permanente de servidores capacitados.
- c) – **Fórmula de cálculo:** não se aplica.
- d) – **Método de aferição:** levantamento de dados.
- e) – **Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenador Geral de Tecnologia da Informação - CGTE.
- f) – **Resultado do indicador no exercício:** houve uma diversificação das atividades de pesquisa e desenvolvimento em relação aos anos anteriores, demonstrando maior interesse das empresas e instituições de ensino e pesquisa em ter mais temas de interesse em suas atividades de P&D, no setor de tecnologia da informação.
- g) – **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** a equipe de análise disponível em janeiro de 2008 era de 17 analistas, em julho de 2008 a equipe foi reduzida para 08 (oito) analistas (encerramento de contratos temporários).
- h) - **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:**
- Utilização de recursos de tecnologia da informação no auxílio da elaboração da análise de relatórios demonstrativos.
 - Realização de concurso público no sentido de prover quadro próprio de pessoal.

2.4.1.Evolução de gastos gerais

A seguir estão discriminadas as despesas relacionadas aos exercícios de 2006, 2007 e 2008. Somente foram contempladas as despesas registradas para a ação

“Gestão e Administração do Programa”, uma vez que as demais ações finalísticas desta Secretaria custeiam tais dispêndios.

DESCRIÇÃO	Exercício		
	2006	2007	2008
Contratação por Tempo Determinado	315.914,33	302.183,74	364.295,00
Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00	105.000,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	1.900.000,00	0,00
Diárias - Civil	89.663,99	87.006,59	130.495,91
Material de Consumo	63,80	0,00	2.730,50
Passagens e Despesas com Locomoção	270.895,95	222.465,25	422.888,95
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	13.064,34	38.455,36	33.149,56
Locação de Mão-de-Obra	1.536.757,05	1.376.450,81	1.193.159,71
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	95.211,81	298.752,79	411.405,43
Indenizações e Restituições	17.541,55	23.142,01	27.584,55
Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	1.204,95
Equipamentos e Material Permanente	39.000,00	880,00	53.104,20
TOTAL	2.380.118,82	4.354.336,55	2.640.018,76

OBS: Durante o exercício de 2006 foram descentralizados R\$ 1.613.538,46 à UG Executora: 364102 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, relativos ao pagamento de Contratação por tempo determinado de servidores lotados na SEPIN. Considerando essa despesa o total de gastos para o exercício de 2006 totaliza **R\$ 3.993.657,28**.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2008 para Pagamento em 2009

Empenho	Restos a Pagar											
	Processados Inscritos (A)	Processados Cancelados (B)	Processados Pagos (C)	Processados a Pagar (D)	Não Processados Inscritos (E)	Não Processados Cancelados (F)	Processados Pagos (G)	Não Processados a Pagar (H)	Total Inscritos (I)	Total Cancelados (J)	Total Pagos (K)	Total a Pagar (L)
240101/000012008NE900964	-	-	-	-	91.22 7,03	-	-	91. 227,03	91.227, 03	-	-	91.22 7,03
240101/000012008NE901387	-	-	-	-	142.35 4,00	-	-	142. 354,00	142.354, 00	-	-	142.35 4,00
240101/000012008NE901490	-	-	-	-	53 3,47	-	-	533, 47	533, 47	-	-	53 3,47
240101/000012008NE902237	5.8 59,00	-	5.8 59,00	-	-	-	-	-	5.859, 00	-	5.8 59,00	-
240101/000012008NE902519	-	-	-	-	207.00 0,00	-	-	207.0 00,00	207.000, 00	-	-	207.000 ,00
240101/000012008NE902522	-	-	-	-	255.36 0,00	-	255.3 60,00	-	255.360, 00	-	255.36 0,00	-
240101/000012008NE902725	-	-	-	-	4.60 0,00	-	4.6 00,00	-	4.600, 00	-	4.6 00,00	-
Total:	5.859,00	-	5.859,00	-	701.074,50	-	259.960,00	441.114,50	706.933,50	-	265.819,00	41.114,50

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Tipo*	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
Convênio	622679	Processo nº: 01200000950/2008-14; Assinatura 14/04/2008; Vigência: 14/04/2008 a 30/09/2008.	Realização do 9º Fórum Internacional de Software Livre – FISL 9.0	18/04/2008	229.904,75	146.000,00	83.904,75	Associação Software LIVRE.ORG, CNPJ Nº 05.971.682/0001-01	Prestação de Contas em análise na Divisão de Convênios do MCT.
Termo de Parceria	633671	Processo nº: 01200001603/2008-09; Assinatura 22/09/2008; Vigência: 22/09/2008 a 30/11/2008.	Realização da RIO INFO 2008.	26/09/2008	80.000,00	60.000,00	20.000,00	Sociedade Núcleo de Apoio Produção e Exportações de Software do Rio de Janeiro, CNPJ 086.846.706/0001-94	Prestação de Contas em análise na Divisão de Convênios do MCT.
Convênio	623791	Processo nº: 01200006772/2007-46; Assinatura 31/12/2007; Vigência: 31/12/2007 a 21/05/2009.	Segurança Hídrica: grades apoiando a gestão sustentável dos recursos hídricos.	28/01/2008	434.784,00	-	5.000,00 (*)	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTcPB, CNPJ 09.261.843/0001-16	Projeto em execução
Convênio	6222549	Processo nº: 01200006771/2007-00; Assinatura 28/12/2007; Vigência: 28/12/2007 a 25/08/2009.	Promover a disseminação de padrão internacional de qualidade de software na comunidade brasileira de Tecnologia da Informação.	28/01/2008	113.500,00	47.000,00	1.500,00 (*)	Fundação CPQD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, CNPJ 02.641.663/0001-10	Projeto em execução
Convênio	622516	Processo nº: 01200006773200791; Assinatura 31/12/2007; Vigência 31/12/2007 a 31/12/2008.	Criar um Centro de Excelência Tecnológico de Audiovisual de Niterói a partir de um diagnóstico do setor audiovisual da cidade de Niterói.	23/01/2008	213.427,03	-	2.200,00 (*)	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, CNPJ nº 33.555.921/0001-70	Projeto em execução
Convênio	621617	Processo nº: 01200007139200775;	Estudo e elaboração de material próprio para divulgar	24/01/2008	312.200,00	108.200,00	4.000,00 (*)	Associação de Pesquisa,	Projeto em execução

		Assinatura 31/12/2007; Vigência: 17/04/2009 a 30/06/2008.	a Indústria Brasileira de Informática.					Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras – ANPEI, CNPJ nº 53.585.212/0001-44	
Termo de Cooperação.	2008NC00 226	Processo nº: 01200.001362/2008-90;	Realização da V Conferência Internacional de Integração de Sistemas – ICSI 2008.	De acordo com a Portaria MCT nº 192, de 7.03.2006	70.000,00	70.000,00	-	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB, CNPJ nº 000.038.174/0013- 87	Relatório de Prestação de contas entregue ao MCT.
Termo de Cooperação.	2008NC00 62	NOTA TÉCNICA MCT/SEP/IN/CGME/200 8	Pagamento de bolsas do programa CI-Brasil.	De acordo com a Portaria MCT nº 192, de 7.03.2006	140.000,00	140.000,00	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, UG 364001 Gestão 36201	Relatório de Prestação de Contas não apresentado.
Termo de Cooperação.	2008NC00 119	NOTA TÉCNICA MCT/SEP/IN/CGME/200 8	Realização da 20ª International Conference on Science and Technology of Synthetic Metals - ICSM 2008.	De acordo com a Portaria MCT nº 192, de 7.03.2006	100.000,00	100.000,00	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, UG 364001 Gestão 36201	Relatório de Prestação de Contas não apresentado.
Termo de Cooperação.	2008NC00 218	Processo nº: 01200.003113/2008-39; Assinatura 01/10/2007; Vigência: 01/10/2007a 31/03/2008	Realização do "Congresso Internacional Sociedade e Governo Eletrônico - CONSEGI"	De acordo com a Portaria MCT nº 192, de 7.03.2006	122.043,98	122.043,98	-	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, UG n.º 201013, Gestão n.º 000001	Relatório de Prestação de Contas não apresentado.
Termo de Cooperação.	2008NC00 048	01200.000948/2008-37 Vigência: 01/02/2008 a 30/10/2008	Realização do VII Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software – SBQS'2008.	De acordo com a Portaria MCT nº 192, de 7.03.2006	100.000,00	100.000,00		Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, CNPJ nº 024.416.174/0001- 06	Relatório de Prestação de contas entregue ao MCT.
Termo de Cooperação.	2008NC00 345	01200.004346/2008-59 Vigência: novembro de 2008 a março de 2009	Realização do RiSS – Second International RiSE Summer School.	De acordo com a Portaria MCT nº 192, de 7.03.2006	45.1000,00	45.100,00		Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, CNPJ nº 024.416.174/0001- 06	Relatório de Prestação de Contas não apresentado.
Termo de	2008NC00	01200.004348/2008-48	Realização do Recife	De acordo	146.646,00	146.646,00		Universidade	Relatório de

Cooperação.	388	Vigência: novembro de 2008 a março de 2009.	Summer School 2009 em TICs	com a Portaria MCT nº 192, de 7.03.2006				Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, CNPJ nº 024.416.174/0001-06	Prestação de Contas não apresentado.
Termo de Cooperação.	2008NC00338	01200.003913/2008-50 Vigência: novembro de 2008 a dezembro de 2008	Realização do 6º Fórum de Certificação Digital - CertForum	De acordo com a Portaria MCT nº 192, de 7.03.2006	40.000,00	40.000,00		Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, CNPJ nº 83.899.526/0001-82	Projeto não executado.
Termo de Cooperação.	2008NC00338	01200.003451/2008-11 Vigência: outubro de 2008 a setembro de 2009.	Desenvolvimento de novas tecnologias de empacotamento eletrônico	De acordo com a Portaria MCT nº 192, de 7.03.2006	400.000,00	400.000,00		Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CenPRA, CNPJ nº 04.822.500/0001-60	Relatório de Prestação de Contas não apresentado.

(*) A contrapartida se enquadra na resolução nº 01, de 13/08/2007, do Conselho Ministerial de Políticas Públicas do MCT, que foi publicada no Diário Oficial da União nº 156 de 14/08/2007, a qual afirma que é permitido que esta seja reduzida a um mínimo de 1%, se justificada.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrências no período.

8. Renúncia Tributária

8.1. Renúncia Tributária decorrentes da Lei 8.248/91

Quadro II.A.5 – Demonstrativo de identificação da renúncia de receitas

RENÚNCIA TRIBUTÁRIA				CONTRAPARTIDA EXIGIDA
Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, §1º)	Objetivos Sócio-Econômicos	
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	Leis nºs 8.248/2001, 10176/2001 e 11.077/2004 Decreto nº 5.906/2006	Redução/Isenção do IPI	Capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação. Leis nºs 8.248/2001, 10176/2001 e 11.077/2004 Decreto nº 5.906/2006	- Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação; - Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.
Notas:				
• OBJETIVO: Informar os atributos que identificam a renúncia de receitas tributárias, sob o aspecto legal e contábil, bem como os objetivos sócio-econômicos. • TRIBUTO: Essa coluna identifica as espécies tributárias (impostos, taxas e contribuições) e a natureza das receitas tributárias, conforme definido no Plano de Contas da Administração Pública Federal, constante no grupo de receitas no Siafi, para as quais está sendo prevista renúncia que foram concedidas em anos anteriores e que ainda estejam em vigor. Ex: IR, IPI, etc. • LEGISLAÇÃO: Essa coluna identifica os normativos que disciplinam a renúncia: leis, decretos, portarias etc. • MODALIDADE: Essa coluna identifica a modalidade da renúncia para cada espécie de tributo (Ex: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção, etc.), conforme o art. 14, § 1º, da LRF. • OBJETIVOS SÓCIO-ECONÔMICOS: Essa coluna identifica os objetivos sócio-econômicos visados com a renúncia, com indicação dos documentos (ato normativo ou administrativo) nos quais tais objetivos são descritos e fundamentados. • CONTRAPARTIDA EXIGIDA: Essa coluna identifica as condições exigidas para que o contribuinte possa usufruir da renúncia tributária, devendo serem indicados os dispositivos e os normativos que as estabelecem. Normalmente, a renúncia exige o investimento de recursos, financeiros ou materiais, em alguma atividade, com vistas a promover o desenvolvimento econômico pretendido. Além da contrapartida por meio da aplicação de recursos em determinado setor/atividade, outros tipos de contrapartida também podem ser exigidos, como, por exemplo, a implantação de sistema de qualidade na empresa beneficiada.				

Quadro II.A.6 – Demonstrativo da evolução dos valores renunciados e da contrapartida

VALORES	2006		2007		2008	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
RENÚNCIA	1.575.726.335,27	2.032.827.259,5 ₁	1.886.840.000,00	2.755.398.214,0 ₃	2.166.101.040,00	-
CONTRAPARTIDA	404.586.034,3 ₀	448.318.603,43	555.422.218,60	751.631.620,49	603.095.032,0 ₀	-

Notas:

- OBJETIVO: Informar o desempenho entre o volume de recursos renunciados pelos contribuintes e o montante de recursos aplicados decorrentes da contrapartida da renúncia.
- RENÚNCIA: Essa coluna identifica os valores dos tributos que não foram arrecadados em razão do benefício tributário concedido.
- CONTRAPARTIDA: Essa coluna identifica os montantes dos recursos financeiros aplicados na forma da contrapartida exigida para fruição da renúncia tributária.
- PREVISTO: Essa coluna identifica os valores previstos para a receita renunciada e para os recursos aplicados na contrapartida. Deverão ser informados os montantes relativos ao exercício ao qual se refere o relatório de gestão/processo de contas, bem como aos dois exercícios anteriores.
- REALIZADO: Essa coluna identifica os valores que efetivamente não foram arrecadados em razão da renúncia, e os que foram efetivamente aplicados na contrapartida exigida
- “Exercício n” é aquele a que se refere o Relatório de Gestão.

OBS: Os dados apresentados para o ano de 2008 são estimados. Tendo em vista que, conforme disposto no Decreto 5.906/06, as empresas beneficiárias da Lei de Informática deverão apresentar os Relatórios Demonstrativos das atividades de pesquisa e desenvolvimento, que contém as informações relativas à renúncia tributária daquele ano base, até 31 de julho de 2009.

Quadro II.A.7 – Demonstrativo regionalizado dos usufrutuários diretos da renúncia

UF	Pessoas Jurídicas					
	2006		2007		2008	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AL	1	78.240,00	1	498.977,00	-	-
BA	32	112.008.502,64	29	158.201.878,23	-	-
CE	2	2.292.044,38	4	14.917.617,99	-	-
DF	4	9.287.561,25	6	1.717.985,45	-	-
MA	1	-	-	-	-	-
MG	32	47.577.563,85	34	84.845.961,73	-	-
MT	-	-	1	-	-	-
PB	-	-	2	1.113.825,50	-	-
PE	1	507.342,81	2	4.006.545,08	-	-
PR	32	203.962.223,44	33	310.806.152,75	-	-
RJ	6	3.355.428,99	5	1.351.347,84	-	-
RN	-	-	1	355.091,27	-	-
RS	36	164.990.578,20	34	210.277.760,01	-	-
SC	11	37.305.216,75	13	49.063.220,97	-	-
SP	136	1.451.462.567,20	142	1.915.377.737,19	-	-
Total	294	2.032.827.259,51	307	2.752.534.101,01	-	2.166.101.040,00

Notas:

- OBJETIVO: Informar a localização dos beneficiários direto da renúncia tributária e os respectivos valores estimados ou efetivos registrados pelo órgão de arrecadação federal, em atendimento ao art. 165, § 6º, da Constituição Federal.
- UF: Essa coluna identifica a unidade da federação onde se localiza o usufrutuário direto da renúncia. Em se tratando de pessoas jurídicas com diversas filiais, deverá ser informada a UF onde se localiza a matriz.
- QUANTIDADE: Essa coluna identifica quantas pessoas, físicas ou jurídicas, usufruíram da renúncia nos exercícios especificados.
- VALORES RENUNCIADOS: Essa coluna identifica os valores que deveriam ter sido recolhidos junto à Fazenda Pública, mas não o foram em razão da renúncia tributária.
- Tendo em vista que os dados acima constam da base de dados sob gestão da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o gestor responsável deverá solicitar-lhe os dados acima. Por sua vez, a SRFB deverá informá-los, sob pena de responsabilização, nos termos dos art. 42 e 58, VI, da Lei nº 8.443/1992, c/c os art. 191, 257 e 268, VI, do Regimento Interno/TCU.
- “Exercício n” é aquele a que se refere o Relatório de Gestão.

Quadro II.A.8 – Demonstrativo regionalizado dos beneficiários da renúncia

UF	Pessoas Jurídicas					
	2006		2007		2008	
	Qtde.	Valor Aplicado	Qtde.	Valor Aplicado	Qtde.	Valor Aplicado
AC	1	648.714,60	-	-	-	-
AL	1	49.537,37	1	68.322,09	-	-
AM	2	42.441,50	1	31.850,30	-	-
BA	39	10.212.929,42	28	24.803.082,43	-	-
CE	15	25.519.748,39	17	14.046.108,64	-	-
DF	30	6.297.338,02	31	6.395.876,26	-	-
ES	8	808.809,32	1	21.241,10	-	-
GO	-	-	1	279.901,80	-	-
MA	4	401.185,02	4	157.304,05	-	-
MG	23	16.253.541,16	28	27.514.543,02	-	-
MS	5	117.487,98	3	216.062,27	-	-
PA	6	674.190,51	5	911.811,75	-	-
PB	8	684.253,70	3	752.145,57	-	-
PE	27	6.669.156,29	28	18.942.519,04	-	-
PI	-	-	2	151.759,39	-	-
PR	19	36.194.543,81	20	29.730.813,37	-	-
RJ	8	1.264.395,89	11	1.653.312,00	-	-
RN	2	1.309.364,62	2	83.162,67	-	-
RS	28	31.583.477,36	21	31.382.301,73	-	-
SC	15	20.889.604,23	16	23.697.289,96	-	-
SE	2	63.443,72	-	-	-	-
SP	73	311.621.337,20	83	300.949.824,44	-	-
Total	316	471.305.500,11	306	481.789.231,88		

Notas:

- OBJETIVO: Informar a localização dos beneficiários dos valores aplicados pela contrapartida da renúncia em cumprimento ao art. 165, § 6º, da Constituição Federal.
- UF: Essa coluna identifica a unidade da federação onde se localiza o beneficiário da renúncia, ou seja, a pessoa física ou jurídica que recebeu recursos oriundos da renúncia.
- QUANTIDADE: Essa coluna identifica quantas pessoas, físicas ou jurídicas, foram beneficiadas pela renúncia nos exercícios especificados.
- VALOR APLICADO: Essa coluna identifica os valores oriundos da renúncia que foram recebidos pelos beneficiários, nos exercícios especificados.
- “Exercício n” é aquele a que se refere o Relatório de Gestão.

Quadro II.A.9 – Demonstrativo dos projetos financiados pela contrapartida

Renúncia	Aplicação	Recursos Liberados			Recursos Orçamentários Executados (Liquidados)		
		2006	2007	2008 **	2006	2007	2008
Isenção/redução do IPI – Lei no 8.248/91	1.345 *	418.780.841,97	---	---	---	---	---
Isenção/redução do IPI – Lei no 8.248/91	1.737 *	---	687.531.319,09	---	---	---	---
Isenção/redução do IPI – Lei no 8.248/91	1.541 **	---	---	603.095.032,00	---	---	---

Notas:

- OBJETIVO: Informar os projetos financiados pela contrapartida das receitas renunciadas e pelas fontes do Orçamento da União.
- RENÚNCIA: Essa coluna identifica a renúncia, com a indicação da legislação que a instituiu (número da lei e ano de sua edição).
- APLICAÇÃO: Essa coluna identifica os projetos, programas ou atividades coordenados ou geridos pela própria unidade jurisdicionada, que receberam recursos oriundos da renúncia.
- RECURSOS LIBERADOS: Essa coluna identifica os recursos efetivamente liberados para aplicação nos programas, projetos ou atividades beneficiados pela renúncia, coordenados ou geridos pela própria unidade jurisdicionada.
- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EXECUTADOS (LIQUIDADOS): Essa coluna identifica os recursos orçamentários executados, ou seja, as despesas orçamentárias liquidadas referentes aos programas, projetos ou atividades beneficiados pela contrapartida da renúncia, coordenados ou geridos pela própria unidade jurisdicionada.
- “Exercício n” é aquele a que se refere o Relatório de Gestão.

OBS: Anualmente são informados pelas empresas beneficiárias da lei de informática, por meio dos RD's, investimentos em cerca de dois mil projetos por ano, executados pelas próprias empresas (interno) e em convênios com instituições de ensino e pesquisa, o que torna difícil relacioná-los de forma isolada e particularmente associada a outras fontes orçamentárias não disponíveis para esta

UJ. Assim, estamos informando a quantidade de projetos executados em cada ano e o valor aplicado pelas empresas habilitadas aos incentivos da Lei nº 8.248/91.

Quadro II.A.10 – Demonstrativo da evolução de análises das prestações de contas

SITUAÇÃO	2006		2007		2008	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
PC Não Apresentadas	41	-	38	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC Em Análise	294	448.318.603,43	307	751.631.620,49	-	-
PC Não Aprovada	-	-	-	-	-	-
PC Aprovada	-	-	-	-	-	-

Notas:

- **OBJETIVO:** Informar as fases em que se encontram os recursos físicos e financeiros relativos à análise das prestações de contas dos valores aplicados da contrapartida decorrentes das receitas renunciadas.
- **QUANTIDADE:** Essa coluna mostra a quantidade de processos de prestações de contas em alguma das situações referidas na primeira coluna (SITUAÇÃO).
- **VALOR:** Essa coluna apresenta os montantes de recursos aos quais se referem as prestações de contas.
- **PC NÃO APRESENTADAS:** Essa linha apresenta a quantidade de prestações de contas não apresentadas pelos beneficiários da renúncia (omissão), nos termos definidos pela legislação específica que normatiza cada renúncia. No tocante a essa coluna, o gestor deverá explicitar, em nota explicativa, o marco referencial a partir do qual a não apresentação da prestação de contas passa a ser considerada omissão, sujeitando-se, pois, às sanções previstas. Deverão ser informados, também, os normativos que disciplinam a questão.
- **PC AGUARDANDO ANÁLISE:** Essa linha apresenta a quantidade de prestações de contas que se encontram em estoque na unidade, aguardando análise.
- **PC EM ANÁLISE:** Essa linha indica quantas prestações de contas estão em análise na unidade.
- **PC NÃO APROVADAS:** Essa linha indica a quantidade de prestações de contas que não foram aprovadas e, por conseguinte, estão sujeitas às sanções previstas nos normativos que disciplinam a renúncia.
- **PC APROVADAS:** Essa linha indica quantas prestações de contas foram aprovadas.
- “Exercício n” é aquele a que se refere o Relatório de Gestão.

Quadro II.A.11 – Demonstrativo dos Indicadores de gestão de renúncias de receitas

EXERCÍCIO	INDICADORES							
	METAS				RENÚNCIA/PIB (%)		GERAÇÃO DE EMPREGOS	
	Descrição	Indicador	Previstas	Realizada	Regional	Nacional	Diretos	Indiretos
2006	---	---	---	---	---	0,100%	55.379	---
2007	---	---	---	---	---	0,106%	70.221	---
2008	---	---	---	---	---	0,088%	77.508	---

Notas:

- **OBJETIVO:** Informar o comportamento das metas e indicadores internos e externos envolvidos com os objetivos sócio-econômicos, financiados com valores da contrapartida decorrente das receitas renunciadas.
- **METAS:** Referem-se às metas definidas para o alcance dos objetivos sócio-econômicos da renúncia. O gestor deverá informar, em nota explicativa, os documentos (atos normativos ou administrativos), nos quais as metas estão especificadas e fundamentadas.
- **DESCRIÇÃO:** Nessa coluna deverá ser especificada em que consiste a meta. Exemplo: atender 100% dos clientes em 2008.
- **Indicador:** Nessa coluna deverá ser identificada a unidade de medida utilizada para averiguar o cumprimento da meta. Exemplo: % de atendimentos em 2008.
- **PREVISTAS:** Essa coluna indica o quantitativo que se pretende alcançar em determinada meta. Exemplo: 100%
- **REALIZADAS:** Essa coluna indica o quantitativo, dentre aquele previsto, que foi efetivamente realizado no exercício ao qual o relatório de gestão/prestação de contas se refere.
Exemplo: $\frac{\text{nº de pessoas atendidas}}{\text{nº de pessoas que necessitam de atendimento}} \times 100$
- **RENÚNCIA/PIB (%):** Deverá ser informada a participação da renúncia efetiva realizada no exercício em relação ao produto interno bruto regional e nacional. Caso o gestor não disponha das informações relativas ao PIB regional, ao menos o nacional deverá ser informado.
- “Exercício n” é aquele a que se refere o Relatório de Gestão.

OBS: Os dados do ano base 2008 são estimados, calculados a partir dos RD's de 2006 e 2007 e de informações da entidade de classe do setor-Abinee. Esta UJ não dispõe dos demais dados

solicitados.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Quadro II.A.12 – Declaração do gestor sobre a regularidade dos beneficiários

DECLARAÇÃO

Eu, Augusto Cesar Gadelha Vieira, CPF nº 261.871.407-53, Secretário de Política de Informática, declaro para os devidos fins que, na concessão e na renovação *(não se aplica)*¹ do benefício tributário previsto no Decreto Nº 5.906/06, publicado no D.O.U. de 26.9.2006, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

~~Destaco que os beneficiários abaixo relacionados não cumpriram tais dispositivos, razão pela qual as seguintes medidas saneadoras foram adotadas: (não se aplica)~~²

Brasília, ____ de _____ de 20 ____.

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA

CPF: 261.871.407-53

Secretário

Secretaria de Política de Informática

¹ () – A apresentação de comprovantes de regularidade dos beneficiários é exigida a cada pleito de concessão de incentivos para novos produtos, não havendo na Lei 8248/91 previsão de renovação do benefício que vige enquanto o produto incentivado for industrializado/comercializado.

² () – Se o potencial beneficiário não comprova regularidade no pagamento dos tributos não há concessão de benefício que é associado a cada produto.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Não houve ocorrências no período.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	--	--
Desligamento	--	--
Aposentadoria	1	1

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foram dispensadas

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	22	--	24	--	23	--
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	--	--	--	--	--	--
Total Pessoal Próprio	22	--	24	--	23	--

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Estagiários	06	--	04	--	03	--

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	1	--	02	--	01	--

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	29	--	07	--	07	--

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo e Operacional	09	--	18	--	17	--

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	--	--	--	--	--	--
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	1	--	1	--	1	--
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	1	--	1	--	1	--

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
-----------	------	--	------	--	------	--

	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	--	--	--	--	--	--
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	--	--	--	--	--	--
Total Pessoal Cedido pela Unidade	--	--	--	--	--	--

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	22	--	24	--	23	--

17.Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

18.Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins



Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
Secretaria Executiva - SEEXEC
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF

Data da atualização: 31/12/2008
Hora da atualização: 14:46:39
Unidade monetária: R\$

Empenhos Emitidos por Ação

Programa de Trabalho: 19.122.1388.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa

PTRES: 004751

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

UG Executora: 240101 - Coordenação Geral de Recursos Logísticos

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	Empenhado	Liquidado	Pago
		Elemento de Despesa	Contratação por Tempo Determinado	339004	364.295,00	364.295,00	364.295,00
000018	24010100001	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/TESOURO	DESPESAS COM DIARIAS DE PESSOAL CIVIL NO PAIS E NO EXTERIOR AÇÃO: 2272 - SEPIN	339014	130.495,91	130.495,91	130.495,91 ¹
		Elemento de Despesa	Diárias - Civil	339014	130.495,91	130.495,91	130.495,91
900312	03573081000107	CAPITAL TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS LTDA	AQUISICAO DE 02 (DUAS) UNIDADES DE BATERIAS PARA NOTEBOOK. PROC ORIGEM: 2008DI00010	339030	556,50	556,50	556,50
901565	02457490000185	DISTRIBUIDORA MURALHA COMERCIO, CONSTRUCAO CIVIL, SERV	AQUISIÇÃO DE PORTA DE VIDRO TEMPERADO CONFORME MEMO NR. 230/2008 SEPED. PROCESSO NR. 01200.002407/2008-43. PROC ORIGEM: 2008DI00086	339030	2.174,00 ²	2.174,00	2.174,00
		Elemento de Despesa	Material de Consumo	339030	2.730,50	2.730,50	2.730,50

900082	01017250000105	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	DESPESAS COM PASSAGENS NACIONAIS AÇÃO: 2272 - SEPIN PROC ORIGEM: 2006PR00027	339033	334.542,44	334.542,44	334.542,44
900097	01017250000105	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	DESPESAS COM PASSAGENS INTERNACIONAIS AÇÃO: 2272 - SEPIN PROC ORIGEM: 2006PR00027	339033	88.346,51	88.346,51	88.346,51
		Elemento de Despesa	Passagens e Despesas com Locomoção	339033	422.888,95	422.888,95	422.888,95
000019	24010100001	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/TESOURO	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS AÇÃO: 2272 - SEPIN	339036	27.124,81	27.124,81	27.124,81
901780	24010100001	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/TESOURO	TRADUÇÃO JURAMENTADA PORTUGUES/INGLES DE LEGISLAÇÃO RELACIONADA A CIRCUITOS INTEGRADOS, RELATIVO A 106 (CENTO E SEIS) LAUDAS COM VALOR UNITARIO DE R\$69,25. PROC ORIGEM: 2005IN00010	339036	6.024,75	6.024,75	6.024,75
		Elemento de Despesa	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	339036	33.149,56	33.149,56	33.149,56
900194	04275196000188	ZL AMBIENTAL LTDA	ATENDER O CONTRATO 28/2006 - APOIO OPERACIONAL SEPIN PROC ORIGEM: 05000212006	339037	24.620,08	24.620,08	24.620,08
900210	04275196000188	ZL AMBIENTAL LTDA	ATENDER O CONTRATO 29/2006 - APOIO ADMINISTRATIVO SEPIN PROC ORIGEM: 2006PR00021	339037	603.234,40	603.234,40	603.234,40
901680	04275196000188	ZL AMBIENTAL LTDA	DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA ATENDER DESPESAS COM O CONTRATO Nº 29/2008 - APOIO ADM. NOS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO/2008. PROC ORIGEM: 2006PR00021	339037	507.571,15	507.571,15	507.571,15
902414	00617589000171	VISUAL - LOCACAO, SERVICO, CONSTRUCAO CIVIL E MINERACA	ATENDER DESPESAS COM A PRESTACAO DE SERVICOS DE APOIO OPERACIONAL DO MCT. CONTRATO 32/2008 - SEPIN - 2008DI000138. PROC ORIGEM: 2008DI00138	339037	57.734,08	57.734,08	57.734,08
		Elemento de Despesa	Locação de Mão-de-Obra	339037	1.193.159,71	1.193.159,71	1.193.159,71
900222	00009282000198	CONSERVO BRASILIA SERVICOS TECNICOS LTDA	DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PESSOAS E PEQUENAS CARGAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DESTE MINISTÉRIO - CONTRATO 009/2007 - SEPIN PROC ORIGEM: 05000312006	339039	73.000,00	73.000,00	73.000,00
900852	07260815000159	WANJOUR COMERCIO DE METAIS E JOIAS LTDA-EPP	CONFECÇÃO DE BOTONS PARA O 9º FORUM INTERNACIONAL DE SOFTWARE LIVRE - FISL EM PORTO ALEGRE - RS, CONFORME MEMORANDO 107/2008 - SEPIN PROC ORIGEM: 2008DI00049	339039	4.200,00	4.200,00	4.200,00
901118	00739169000168	BRINDEMUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	CONFECÇÃO DE 500 (QUINHENTAS) SACOLAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DO MEMO N. 147/08.PROCESSO NR. 01200.001346/2008-05. PROC ORIGEM: 2008DI00071	339039	6.400,00	6.400,00	6.400,00
901200	02145925000156	SPEEDY GRAPH SERVICOS GRAFICOS LTDA	SERVIÇOS GRAFICOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DO MEMO 0169/2007 SEPIN/GAB. ATA DE REGISTRO	339039	239,04	239,04	239,04

			DE PREÇO NR. 04/2007 PROC ORIGEM: 05000362007				
901254	00448142000116	BRINDART COMERCIO E ARTEFATOS DE BRINDES LTDA EPP	CONFECCAO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) UNIDADES DE CRACHAS EM PVC, PARA UTILIZACAO DURANTE O "ENCONTRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE EM SOFTWARE - EQPS" EM FLORIANOPOLIS. PROC ORIGEM: 2008DI00070	339039	675,00	675,00	675,00
901297	00448142000116	BRINDART COMERCIO E ARTEFATOS DE BRINDES LTDA EPP	CONFECCAO E AQUISICAO DE 200 (DUZENTAS) UNIDADES DE CANETAS ESFEROGRAFICAS PLASTICA COM GRAVACAO FORNECIDA PELO MCT, CONFORME MEMO Nº 146/2008-SEPIN. PROC ORIGEM: 2008DI00078	339039	300,00	300,00	300,00
901447	25266131000146	CLAUDIO CESAR DE SOUZA ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO DE 600 (SEISCENTAS) REVISTAS DA EDIÇÃO ESPECIAL "REVISTA PRO-QUALITI - QUALIDADE NA PRODUÇÃO DE SOFTWARE". PROC ORIGEM: 2008DI00082	339039	6.912,00	6.912,00	6.912,00
901506	01618953000180	BARBARA BELA EDITORA GRAFICA E PAPELARIA LTDA ME	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS) LIVROS "TECNOLOGIA DA INFORMACÃO: PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE EM SOFTWARE" CONFORME MEMO SEPIN 304/2008. ATA DE REGISTRO DE PREÇO NR. 04/2007 PROC ORIGEM: 2007PR00036	339039	89.770,36	89.770,36	89.770,36
902108	02145925000156	SPEEDY GRAPH SERVICOS GRAFICOS LTDA	AQUISICAO DE 03 (TRES) BANNERS. PROC ORIGEM: 2007PR00036	339039	179,28	179,28	179,28
902171	00448142000116	BRINDART COMERCIO E ARTEFATOS DE BRINDES LTDA EPP	AQUISICAO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) CRACHAS, SOLICITACAO DO MEMO/GABINETE NR.169/2008 PROC ORIGEM: 2008DI00144	339039	525,00	525,00	525,00
902189	00000424000156	DEBRITO PROPAGANDA LTDA	REFERENTE AS DESPESAS REALIZADAS CONTRATO 02.0024/2006 PROC ORIGEM: 2005CC00001	339039	218.745,75	218.745,75	218.745,75
902237	68290055000117	ADUANEIRAS INFORMATICA LTDA	RENOVAÇÃO DA LICENÇA DO USO DO SOFTWARE TECWIN. PROC ORIGEM: 2008DI00092	339039	5.859,00	5.859,00	-
902725	07467691000187	BATSCHKE & MARUSSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COMPLEMENTAR DE DESENVOLVIMENTO DE UM DOS MÓDULOS DA SIGPLANI. PROC ORIGEM: 2008DI00148	339039	4.600,00	4.600,00	-
		Elemento de Despesa	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	411.405,43	411.405,43	400.946,43
000005	26187140753	AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA	INDENIZAÇÃO	339093	1.800,00	1.800,00	1.800,00
000024	26187140753	AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO-MORADIA REF. AO PERÍODO DE 01/02/2008 A 29/02/2008 PARA O SERVIDOR AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA	339093	1.800,00	1.800,00	1.800,00
000060	26187140753	AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO-MORADIA REF. AO PERÍODO DE 01/03/2008 A 31/03/2008 P/O SERVIDOR AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA	339093	21.450,00	21.450,00	21.450,00

000172	26187140753	AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA	PROVISIONAMENTO PARA RESSARCIMENTO DE BILHETE DE PASSAGEN ADQUIRIDO PARA O TRECHO PORTO ALEGRE/BRASILIA	339093	569,07	569 ,07	569,07
000176	11785842838	FABIO FRANCISCO COSTA DOS SANTOS	PROVISIONAMENTO PARA PAGAMENTO/RESSARCIMENTO DE TAXA DE REMARCAÇÃO DE BILHETE DE PASSAGEM NO TRECHO CAMPINAS/BRASILIA.	339093	104,94	104 ,94	104,94
000177	13153676100	CELSE WILIAN BORGES	REEMBOLSO REFERENTE A TAXA DE REMARCAÇÃO DE BILHETE DE PASSAGEM AÉREA, CONFOR-ME MEMO NR. 130/2008 - GAB/SEPIN.	339093	104,94	104 ,94	104,94
000178	97696366815	LEONARDO CUMMINGS	REEMBOLSO REFERENTE A DESPESA REALIZADA COM DESLOCAMENTO TERRESTRE CONFORME MEMO NR. 131/2008 - GAB/SEPIN.	339093	56,21	56,21	56,21
000180	97696366815	LEONARDO CUMMINGS	REEMBOLSO REFERENTE A TAXA DE REMARCAÇÃO DE BILHETE DE PASSAGEM AÉREA, NO TRE-CHO CAMPINAS/BRASILIA - CONFORME MEMO 130/2008-GAB/SEPIN	339093	104,94	104 ,94	104,94
000181	11785842838	FABIO FRANCISCO COSTA DOS SANTOS	REEMBOLSO REFERENTE A DESLOCAMENTO TERRESTRE EFETUADO, NO TRECHO LINS/SP A CAMPINAS/SP, CONFORME MEMO Nº 131/2008-GAB/SEPIN.	339093	56,21	56,21	56,21
000380	26644215149	ANTENOR CESAR VANDERLEI CORREA	INDENIZACAO DE TRANSPORTE AEREO	339093	524,62	524, 62	524,62
000457	00750082461	ELMAR UWE KURT MELCHER	INDENIZACAO AO SERVIDOR ELMAR UWE KURT MELCHER, REFERENTE A PASSAGEM AEREA E TERRESTRE, CONFORME MEMO Nº 378/2008-GAB/SEPIN - SCDP Nº 1746/2008.	339093	1.013,62	1.013, 62	1.013,62
		Elemento de Despesa	Indenizações e Restituições	339093	27.584,55	27.584,55	27.584,55
000562	51000157202	COORD.GERAL DE FINANCAS DO INSS NO DF/INSS	CONTRIBUICAO PATRONAL REFERENTE AO SERVICO DE TRADUCAO JURAMENTADA PRESTADO PELO SR. MARCO ANTONIO ROCHADEL	339147	1.204,95	1.204, 95	1.204,95
		Elemento de Despesa	Obrigações Tributárias e Contributivas	339147	1.204,95	1.204,95	1.204,95
901431	88766936000179	MARELLI MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	AQUISICÃO DE MOBILIARIOS PARA O GABINETE DA SEPIN PROCESSO : 01200.002149/2008-03 MEMO 231/2008 GAB/SEPIN PROC ORIGEM: 05000012007	449052	52.839,00	52.839,00	52.839,00
901904	02677045000120	HORUS TELECOMUNICACOES LTDA	AQUISICAO DE TRÊS APARELHO TELEFONICOS SEM FIO, COM IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. PROC ORIGEM: 2008DI00122	449052	265,20	265, 20	265,20
		Elemento de Despesa	Equipamentos e Material Permanente	449052	53.104,20	53.104,20	53.104,20
T O T A L :					2.640.018,76	2.640.018,76	2.629.559,76

P.S.: Os valores dos empenhos da UG 240133 não batem com o valor empenhado do relatório consolidado, porque pelo ATUFOLHA não são feitos mais empenhos, apenas é baixado o crédito disponível.



Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
Secretaria Executiva - SEXEC
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF

Data da atualização: 31/12/2008

Hora da atualização: 15:07:21

Unidade monetária: R\$

Empenhos Emitidos por Ação

Programa de Trabalho: 19.572.1388.6432.0001 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projetos e Fabricação de Componentes Semicondutores

PTRES: 004843

Ação: 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores

Finalidade: Dotar o País de capacitação em projeto e fabricação de componentes semicondutores.

Descrição: Atração, fixação e desenvolvimento de empresas de projeto de componentes semicondutores; formação de recursos humanos em projeto e processos; implantação e operação de Centro para prototipação e produção; fortalecimento dos fabricantes de semicondutores instalados no País; atração de fabricantes de componentes semicondutores; atualização dos laboratórios das universidades, institutos e centros de pesquisa com a aquisição de equipamentos e programas de computador.

UG Executora: 240101 - Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	PI	Empenhado	Liquidado	Pago
902738	00000424000156	DEBRITO PROPAGANDA LTDA	ATENDER DESPESAS COM DIVULGAÇÃO - MCT PROC ORIGEM: 2005CC00001	33903 9	64320001001	160.000,00	160.000,00	160.000,00
TOTAL:						160.000,00	160.000,00	160.000,00

UG Executora: 240129 - Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	PI	Empenhado	Liquidado	Pago
900734	64514045000167	QUART COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA	AQUISICAO DE PISO CONDUTIVO E KIT ADESIVO E PARA TESTE DE UMIDADE PROC ORIGEM: 2008PR00027	33903 0	64320001001	53.806,55	53.806,55	53.806,55
900735	09230571000197	GIRLANE SOARES VIANA EMPORIO - ME	AQUISICAO DE CORDAO DE SOLDA PROC ORIGEM: 2008PR00027	33903 0	64320001001	8.998,00	8.998,00	8.998,00
900759	EX1290127	ANSYS, INC	DESPESA COM MANUTENCAO DE SOFTWARE PROC ORIGEM: 2008IN00019	33903 9	64320001001	71.782,94	71.782,94	71.782,94
900804	64514045000167	QUART COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA	AQUISICAO DE MATERIAIS PARA LABORATORIO PROC ORIGEM: 2008PR00036	33903 0	64320001001	21.141,50	21.141,50	11.724,90
900823	EX1290130	SEMPAC INC	AQUISICAO DE CAPSULAS E TAMPAS PROC ORIGEM: 2008IN00024	33903 0	64320001001	79.775,00	79.775,00	79.775,00
900824	EX1290113	COORSTEK INC	AQUISICAO DE SUBSTRATO CERAMICO DE ALUMINA PROC ORIGEM: 2008IN00023	33903 0	64320001001	11.031,50	11.031,50	11.031,50

900858	EX1290130	SEMPAC INC	AQUISICAO DE CAPSULAS E TAMPAS PROC ORIGEM: 2008IN00034	33903 0	64320001001	132.355,00	132.355,00	132.355,00
900887	64514045000167	QUART COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA	AQUISICAO DE PISO CONDUTIVO E KIT ADESIVO PROC ORIGEM: 05000272008	33903 0	64320001001	13.114,80	13.114,80	-
900891	09230571000197	GIRLANE SOARES VIANA EMPORIO - ME	AQUISICAO DE CORDAO DE SOLDA PROC ORIGEM: 2008PR00027	33903 0	64320001001	2.249,50	2.249,50	-
900892	EX1290136	KINTEC COMPANY	AQUISICAO DE LAMINAS DE SILICIO PROC ORIGEM: 06001942008	33903 0	64320001001	4.527,70	4.527,70	4.527,70
TOTAL:						398.782, 49	398 .782,49	374. 001,59

UG Executora: 364102 - CNPq Administração Central

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	PI	Empenhado	Liquidado	Pago
011111	04682408453	CELSO PINTO DE MELO	REF. EDITAL/CHAM. ED 02/2007 ARC-02, ARC/PROGRAMA BASICO DE FISICA, SLR 022645/2008	33902 0	64320001001	100.000,00	100.000,00	100.000,00
013064	36410236201	CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL/CNPQ	MENSALIDADES DE BOLSISTAS NO PAIS - CONVENIO CNPQ./ CI.BRASIL.	33901 8	64320001001	140.000,00	140.000,00	140.000,00
TOTAL:						240.000,0 0	240. 000,00	240.0 00,00



Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
Secretaria Executiva - SEEXEC
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF

Data da atualização: 31/12/2008

Hora da atualização: 15:10:57

Unidade monetária: R\$

Empenhos Emitidos por Ação

Programa de Trabalho: 19.572.1388.4967.0001 - Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos - Nacional

PTRES: 021578

Ação: 4967 - Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos

Finalidade:

Descrição: Apoio a projetos de formação e capacitação de recursos humanos; promoção de melhores práticas de engenharia de software; fomento ao uso de software e serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil; apoio a implantação de um sistema de informação da indústria brasileira de software e serviços de tecnologia da informação; promoção de parcerias empresas-universidades para o desenvolvimento de segmentos emergentes; realização de eventos que visem divulgar e discutir a indústria brasileira de software e serviços correlatos, tais como: assessoria e consultoria em informática, suporte técnico do como instalação, configuração e manutenção de sistemas de tecnologia da informação; proposição e apoio à medidas de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de forma a permitir maior competitividade à indústria brasileira de software.

UG Executora: 240101 - Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	PI	Empenhado	Liquidado	Pago
900566	05971682000101	ASSOCIACAO SOFTWARE LIVRE.ORG	CONVENIO	335041	49670001003	85.000,00	85.000,00	85.000,00
900964	33555921000170	FACULDADES CATOLICAS	SEGUNDA PARCELA DO CONVENIO	335041	49670001003	91.227,03	91.227,03	-
901248	02641663000110	FUNDACAO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM	EMPENHO REFERENTE A SEGUNDA PARCELA	335041	49670001003	47.000,00	47.000,00	47.000,00
901387	09261843000116	FUNDACAO PARQUE TECNOLOGICO DA PARAIBA	CONVÊNIO	335041	49670001003	142.354,00	142.354,00	-
901490	86846706000194	SOCIEDADE NUCLEO DE APOIO PR.E EXP.DE SOFTWARE DO RJ	TERMO DE PARCERIA	335041	49670001003	60.000,00	60.000,00	59.466,53
901674	53585212000144	ASSOCIACAO NACIONAL DE P.D & E DAS EMPRESAS INOVADORAS	CONVÊNIO	335041	49670001003	108.200,00	108.200,00	108.200,00
902519	06244855000144	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SOFTWARE E SERVICO	TERMO DE PARCERIA	335041	49670001003	207.000,00	207.000,00	-
902522	01679152000125	ASSOCIACAO PARA PROMOCAO DA EXCELENCIA DO SOFTWARE BRAS	TERMO DE PARCERIA	335041	49670001003	255.360,00	255.360,00	-

000674	03736617000168	ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA EDUCACAO, CIENCIA E	MEMO 482/2008 - GAB/SEPIN DE 18/12/2008 UNESCO - PROJETO 914BRA5065 DIRETRIZES E ESTRATEGIAS PARA CIENCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL	338039	49670001003	3.858,97	3.858,97	3.858,97
TOTAL:						1.000.000,00	1.000.000,00	303.525,50



Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
Secretaria Executiva - SEXEC
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF

Data da atualização: 31/12/2008
Hora da atualização: 15:14:41
Unidade monetária: R\$

Empenhos Emitidos por Ação

Programa de Trabalho: 19.572.1388.8500.0001 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital - Nacional

PTRES: 021581

Ação: 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital

Finalidade:

Descrição:

UG Executora: 240101 - Coordenação Geral de Recursos
Logísticos - CGRL

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	PI	Empenhado	Liquidado	Pago
000675	03736617000168	ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA EDUCACAO, CIENCIA E	MEMO 482/2008 - GAB/SEPIN DE 18/12/2008 UNESCO - PROJETO 914BRA5065 DIRETRIZES E ESTRATEGIAS PARA CIENCIA , TECNOLOGIA E INOVACAO NO BRASIL	338039	850000001001	00.000,00 ⁷	700.000,00	700.000,00
TOTAL:						700.000,00	700.000,00	700.000,00